

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

ATUAÇÃO DOS
INDUSTRIAIS
NO ÂMBITO DO SISTEMA
DA INDÚSTRIA
RESPONSÁVEL - SIR



**Segurança e
Saúde do
Trabalho**

Ficha Técnica

Título

Documento de referência: Atuação dos Industriais no âmbito do SIR
(Segurança e Saúde do Trabalho)

Grupo de Trabalho

Alice Rodrigues (ACT)

Ana Falcato (ACT)

Antónia Baptista (ACT)

Carlos Silva Santos (DGS)

Helena Krippahl (ACT)

João Paulo Moreira (ACT)

Maria José Liberato (ACT)

Sandra Moreira (DGS)

Revisão	Data
0	Dezembro 2013

Lista de abreviaturas e siglas

AC – Autoridade Competente

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

API - Autorização Prévia Individualizada

APP – Autorização Prévia Padronizada

DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas

DGS – Direção-Geral da Saúde

DSPSST – Direção de Serviços para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho

EA- Entidade Acreditada

EC- Entidade Coordenadora

IPAC – Instituto Português de Acreditação

QAI - Qualidade do Ar Interior

RAC- Relatório de Avaliação da Conformidade

REAI - Regime de Exercício da Atividade Industrial

RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

RJAIA - Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental

RJPCIP.- Regime jurídico de prevenção e controlo integrados de poluição

RPAG.- Regime de prevenção de acidentes graves

SCIE- Segurança Contra Incêndios em Edifícios

SIR – Sistema da Indústria Responsável

SIRJUE - Sistema Informático do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

SST – Segurança e Saúde do Trabalho

ZER – Zonas Empresariais Responsáveis

ÍNDICE

1. Introdução.....	2
2. Objetivos	6
3. Regimes de licenciamento	8
4. Licenciamento industrial- Elementos instrutórios.....	12
4.1. - Introdução	12
4.2. Elementos instrutórios e requisitos de análise	12
4.2.1. Estabelecimento tipo 1 - Regime de autorização prévia individualizada	13
4.2.2. Estabelecimento tipo 1 - Regime de autorização prévia padronizada.....	15
4.2.3. Estabelecimento tipo 2- Comunicação prévia com prazo	15
4.3. Conformidade dos elementos instrutórios com os requisitos legais.....	17
4.4. Fase de vistoria.....	17
5. Informação técnica sobre os requisitos legais em matéria de Segurança e Saúde do Trabalho (SST)	19
5.1. Principais obrigações e responsabilidades do empregador e do trabalhador.....	19
5.2. Política de Segurança e Saúde do Trabalho.....	21
5.3. Organização do Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho	22
5.3.1. Modalidades de organização	22
5.3.1.1. Serviço interno	25
5.3.1.2. Serviço externo	27
5.3.1.3. Serviço comum	28
5.3.2. Estrutura orgânica	29
5.3.3. Objetivos do Serviço.....	30
5.3.4. Recursos humanos	30
5.3.5. Requisitos de garantia das condições de exercício	33
5.4. Principais atividades do Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho	33
5.5. Fatores de Risco Profissional	35
5.5.1. Fatores de risco profissional de natureza biológica	36

5.5.2. Fatores de risco profissional de natureza física.....	38
5.5.3. Fatores de risco profissional de natureza química	38
5.5.4. Fatores de risco profissional de natureza psicossocial	40
5.5.5. Fatores de risco profissional relativos à atividade de trabalho.....	40
5.5.6. Fatores de risco profissional mecânicos.....	41
5.6. Gestão do Risco Profissional.....	42
6. Anexos.....	46
Anexo 1-Fluxogramas.....	47
Anexo 2-Listas de Verificação.....	55
Anexo 3-Matriz de riscos profissionais	132
Anexo 4-Relatório de avaliação de riscos profissionais.....	134
Anexo 5-Mapas auxiliares para elementos instrutórios	136
Anexo 6- Documento de suporte à descrição dos serviços de SST	138
Anexo 7-Legislação.....	143

1

INTRODUÇÃO

1. Introdução

O Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Dec-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, consolida, num único diploma, o regime de exercício da atividade industrial, o regime jurídico de instalação e exploração de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER) e o regime de intervenção das entidades acreditadas no âmbito do processo de licenciamento industrial, criando um novo quadro legal para o setor da indústria e revogando os diplomas parcelares vigentes até à data.

O SIR, entre outras medidas, prevê um regime simplificado de mera comunicação prévia para as micro e pequenas empresas, as quais podem iniciar a respetiva exploração após a comunicação. Promove ainda a adoção, pelas entidades públicas, de condições técnicas de segurança e saúde padronizadas por tipos de atividade e/ou operação, que permitem que o industrial possa vir a obter o título de exploração emitido com base na declaração de cumprimento integral das condições predefinidas.

De acordo com o novo quadro jurídico, os estabelecimentos industriais classificam-se em três tipos, em função do princípio da proporcionalidade ao risco para a pessoa humana e para o ambiente (sendo o do tipo 1 o de risco mais elevado e o do tipo 3 o de risco menos elevado). Tal princípio, além de determinar a classificação do estabelecimento, determina também, e por consequência, o procedimento a ter em conta com vista à obtenção do respetivo licenciamento. Para a instalação e exploração destes estabelecimentos temos então os regimes de instalação e exploração constantes na Tabela 1.

Tabela 1– Tipologias dos estabelecimentos industriais

Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
<p>Estabelecimentos industriais cujos projetos de instalação se encontrem abrangidos por, pelo menos, um dos seguintes regimes jurídicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -RJAIA -RJPCIP -RPAG 	<p>Estabelecimentos industriais não incluídos no tipo 1 desde que abrangidos por pelo menos um dos seguintes regimes jurídicos ou circunstâncias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Potência elétrica contratada igual ou superior a 99 kVA; b) Potência térmica superior a 12×106 kJ/h; c) Número de trabalhadores superior a 20; d) Necessidade de obtenção de TEGEE; e) Necessidade de obtenção de alvará ou parecer para operações de gestão de resíduos, nos termos do Decreto – Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto – Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, pela Lei n.º 64 - A/2008, de 31 de dezembro, e pelos Decretos -Leis n.os 183/2009, de 10 de agosto, e 73/2011, de 17 de junho. 	<p>Estabelecimentos industriais não abrangidos pelos tipos 1 e 2.</p>

Sempre que num estabelecimento industrial se verifiquem circunstâncias a que correspondam tipos diferentes, o estabelecimento é incluído no tipo mais exigente.

Os Regimes procedimentais para instalação e exploração de estabelecimento industrial a que as instalações ficam sujeitas estão definidos na Tabela 2:

Tabela 2– Regimes procedimentais do licenciamento industrial

Tipo 1		Tipo 2	Tipo 3
Autorização prévia		Comunicação prévia com prazo	Mera comunicação prévia
individualizada	padronizada		

Na área técnica da segurança e saúde do trabalho, e nos regimes de licenciamento para os estabelecimentos industriais incluídos no tipo 1 e 2,

podem ser consultadas as entidades públicas competentes (ACT – domínio da Segurança do trabalho e DGS – domínio da Saúde do trabalho), sempre que a entidade coordenadora assim o entenda, sendo esta a única entidade interlocutora do industrial em todos os contatos considerados necessários à boa instrução e apreciação dos procedimentos previstos no SIR.

São dispensadas de consulta as entidades públicas competentes em matéria de segurança e saúde do trabalho, nos seguintes casos:

1. Existência de licenças ou autorizações padronizadas, por tipos de atividade e/ou operação, que constitua objeto de autorização;
2. Quando o processo de autorização prévia individualizada ou comunicação prévia com prazo for instruído com um relatório da avaliação da conformidade com a legislação aplicável na área da segurança e saúde do trabalho, elaborado por Entidades Acreditadas;
3. Na vistoria, aquando da emissão do título de exploração, e a pedido do industrial nos casos em que a autoridade competente não a tenha efetuado no prazo previsto na lei.

As Entidades Acreditadas, cujos mecanismos de intervenção estão previstos no SIR, são entidades reconhecidas formalmente pelo organismo nacional de acreditação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade, com competência para realizar atividades específicas que lhes sejam solicitadas ou atribuídas ou ainda delegadas pelas entidades com atribuições no âmbito do SIR.

O regime procedimental de mera comunicação prévia é aplicável à instalação e/ou exploração de estabelecimentos incluídos no tipo 3. Esta comunicação significa a aceitação de um termo de responsabilidade no qual o industrial declara conhecer e cumprir as exigências legais aplicáveis, à sua atividade, em matéria de segurança e saúde do trabalho.

2

OBJETIVOS

2. Objetivos

O Sistema da Indústria Responsável (SIR) tem como principais objetivos a celeridade e desmaterialização procedimental, a normalização administrativa e a diminuição dos encargos financeiros associados ao processo de licenciamento.

Este Guia pretende ser um referencial para a atuação do industrial no âmbito do SIR, no domínio da segurança e saúde do trabalho, de forma a garantir a boa instrução do processo e a conformidade com todos os requisitos legais.

O presente documento contém assim a informação que permite ao industrial avaliar a conformidade do estabelecimento industrial com os requisitos legais em matéria de segurança e saúde do trabalho bem como a compilação dos elementos instrutórios, para a submissão do pedido de autorização ou alteração da instalação, ou ainda para a submissão do pedido de autorização de exploração.

3

REGIMES DE LICENCIAMENTO

3. Regimes de licenciamento

As etapas que descrevem a articulação entre diferentes entidades no processo de licenciamento industrial encontram-se esquematizadas no Anexo I para cada regime de licenciamento, e para as tipologias 1 e 2 de estabelecimento industrial.

REGIME DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA INDIVIDUALIZADA E PADRONIZADA

A instalação e exploração de estabelecimentos do tipo 1 está sujeita a duas modalidades de licenciamento distintas:

- A Autorização Prévia Individualizada (API), caso o industrial opte por um regime regular; nesta situação o procedimento é iniciado com a apresentação do formulário de pedido de autorização individualizada e respetivos elementos instrutórios, à Entidade Coordenadora (EC);
- A Autorização Prévia Padronizada (APP), caso o industrial opte por um regime mais simplificado. Este regime permite a adoção de condições técnicas padronizadas pré-estabelecidas pela Autoridade Competente (AC) por tipos de atividade e ou operação. Permite que o industrial possa vir a obter o título de exploração, emitido com base numa declaração de cumprimento integral de tais condições técnicas pré-definidas.

Independentemente do regime adotado, se houver a participação da Entidade Acreditada (EA), esta ocorre nos seguintes moldes:

a. Autorização de instalação

Numa fase prévia à apresentação do pedido de autorização de instalação, o industrial pode requerer a uma EA a avaliação da conformidade do processo

(elementos instrutórios) com a legislação aplicável nas áreas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST). Nestes casos a análise do projeto pela EA resultará na produção de um Relatório de Avaliação da Conformidade (RAC) que deverá acompanhar o pedido de autorização individualizada e que substitui a emissão de parecer pelas autoridades competentes em matéria de segurança e saúde do trabalho.

b. Título de exploração

A decisão final da EC sobre o pedido de emissão de título de exploração depende da realização de vistoria prévia.

O Dec-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, prevê que nas situações em que a vistoria não seja realizada pela AC dentro do prazo previsto, por motivo não imputável ao requerente, este possa recorrer à EA para proceder à sua realização.

Nestas situações a EA assegurará a vistoria para efeitos de produção de RAC que será tido em consideração para efeitos de aprovação pelas autoridades competentes em matéria de segurança e saúde do trabalho e de decisão final da EC.

REGIME DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA COM PRAZO

O regime de comunicação prévia com prazo é aplicável à instalação e exploração de estabelecimentos do tipo 2.

No domínio da segurança e saúde do trabalho, a decisão final sobre a comunicação prévia com prazo, não depende da realização de vistoria.

REGIME DE MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA

O regime procedimental de mera comunicação prévia é aplicável à instalação e/ou exploração de estabelecimentos incluídos no tipo 3. Trata-se de um regime simplificado no qual o industrial apresenta apenas o formulário e respetivos elementos instrutórios. Esta comunicação significa a aceitação de um termo de responsabilidade no qual o industrial declara conhecer e cumprir as exigências legais aplicáveis, à sua atividade, em matéria de segurança e saúde do trabalho.

Sempre que a atividade ou operação a exercer esteja abrangida por uma licença/autorização padronizada no domínio da segurança e saúde do trabalho, a mera comunicação prévia significa a aceitação do termo de responsabilidade no qual o industrial declara conhecer e cumprir todas as exigências aí constantes.

4

LICENCIAMENTO INDUSTRIAL- ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

4. Licenciamento industrial- Elementos instrutórios

4.1. – Introdução

No processo de licenciamento industrial, previsto no atual quadro jurídico, o industrial poderá recorrer, numa fase prévia à apresentação do pedido de autorização, a uma EA a qual procederá à avaliação da conformidade do processo com a legislação aplicável nas áreas de segurança e saúde do trabalho. Esta avaliação implica:

- A verificação dos elementos instrutórios e requisitos de análise;
- A verificação da conformidade dos elementos com os requisitos legais;
- A elaboração de um relatório de avaliação da conformidade com a legislação aplicável em matéria de segurança e saúde do trabalho.

Não havendo recurso a tais entidades acreditadas, deverá o industrial, assegurar o cumprimento dos requisitos legais em matéria de segurança e saúde do trabalho podendo, para o efeito, utilizar o presente documento de referência.

4.2. Elementos instrutórios e requisitos de análise

Os elementos instrutórios, nos termos definidos na portaria n.º 302/2013, de 16 de outubro, e que a seguir se indicam, devem obrigatoriamente constar no processo.

4.2.1. Estabelecimento tipo 1 – Regime de autorização prévia individualizada

Enumeram-se na tabela 3 os elementos instrutórios do pedido de autorização prévia individualizada, bem como informação adicional sobre os mesmos.

Tabela 3 - Elementos Instrutórios- Estabelecimentos tipo 1

Elementos de informação	Informação adicional
Identificação do requerente	<p>O requerente poderá ser pessoa singular ou coletiva, devendo estar indicado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome, endereço (sede social, com Rua, porta/n.º, Localidade, CP, Concelho, Distrito), NIPC/NIF, endereço postal (se diferente da sede), e-mail, n.º telefone, n.º fax, código de acesso à certidão permanente de registo comercial (se pessoa coletiva sujeita a registo comercial), consentimento de consulta da declaração de início de atividade, se pessoa singular; • Nome, endereço (Rua, porta/n.º, Localidade, CP, Concelho, Distrito), e-mail, n.º telefone, n.º fax, do representante do industrial; • Nome, endereço (Rua, porta/n.º, Localidade, CP, Concelho, Distrito), e-mail, n.º telefone, n.º fax, do responsável técnico do projeto.
Localização do estabelecimento industrial	<p>Deverá ser apresentada a localização do estabelecimento/instalação, industrial, através do endereço postal (Rua, porta/n.º, Localidade, CP, Concelho, Distrito), contactos (e-mail, n.º telefone) e identificação (nome e cargo) da pessoa de contacto.</p>

Tabela 3 - Elementos Instrutórios- Estabelecimentos tipo 1(cont.)

Elementos de informação			Informação adicional
Caracterização das atividades	Código(s) CAE da(s) atividade(s) exercida(s)		Deverá ser apresentada a indicação das CAE principal e secundárias (com base no anexo I do DL 169/2012, de 01-08).
	Projeto de instalação	Memória descritiva	<ul style="list-style-type: none"> Deverão ser indicadas: <ul style="list-style-type: none"> - As capacidades a instalar, os processos tecnológicos e diagramas de fabrico, especificando as melhores técnicas disponíveis e os princípios e práticas de ecoeficiência e de ecoinovação adotados; - As matérias-primas e subsidiárias, com indicação do consumo anual previsto e capacidade de armazenagem, para cada uma; - os produtos (intermédios e finais) a fabricar. Deverá ser apresentada a lista de máquinas e outros equipamentos a instalar, com identificação dos elementos constantes no mapa 2, do anexo 5. Deverá ser referido o regime de laboração, com indicação da hora de início e fim do período de laboração, n.º de dias por semana, n.º de turnos, períodos de paragem anual (data de início e fim). Deverá ser indicado o n.º de trabalhadores previsto, por género e por turno e ainda por área de atividade (mapa 1 do anexo 5).
		Segurança e saúde do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Deverá ser apresentada uma descrição das instalações de carácter social – refeitório, locais de descanso, vestiários (armários individuais duplos), balneários, lavabos, instalações sanitárias separadas por sexo – com referência, relativamente a cada um e quando aplicável, a: tipo de pavimento, cor e revestimento das paredes e tetos, dimensões (área e pé direito), n.º de lugares (no refeitório), n.º de cabinas de banho, n.º de lavatórios, n.º de retretes, n.º de urinóis. Deverá ser descrita a organização e funcionamento dos serviços de segurança e saúde do trabalho, de acordo com o documento do anexo 6. Caso seja implementado um sistema de gestão de segurança do trabalho, deverá ser indicado o referencial (Diretrizes práticas da OIT, OHSAS 18001, NP 4397), referência à integração e articulação, ou não, com outros sistemas de gestão e quais e uma breve descrição do mesmo, com indicação, nomeadamente, da política, estrutura organizacional, responsabilidades, procedimentos, processos e recursos que permitam pôr em prática a política de segurança e saúde do trabalho.
	Documentos de suporte à memória descritiva	Relatório de avaliação de potenciais riscos profissionais	Deverá ser apresentado o relatório de avaliação de potenciais riscos profissionais, de acordo com o modelo constante do anexo 4.
		Peças desenhadas	<p>Deverão ser apresentadas as seguintes plantas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Planta, a escala não inferior a 1:2000, do estabelecimento, abrangendo toda a área afeta ao mesmo, indicando a localização das diferentes áreas: administrativa, produção, armazéns, oficinas, depósitos, circuitos exteriores. Planta, devidamente legendada, em escala não inferior a 1:200, com a localização de: máquinas e outro equipamento produtivo; armazenagem de matérias-primas, combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos e de produtos acabados; instalações de queima, de força motriz, ou de produção de vapor, de recipientes e gases sob pressão e instalações de produção de frio; instalações de carácter social (vestiários, locais de descanso, refeitório, lavabos, balneários e instalações sanitárias), escritórios e do serviço de saúde do trabalho.

4.2.2. Estabelecimento tipo 1 – Regime de autorização prévia padronizada

O pedido de autorização prévia padronizada, é instruído com:

- Os elementos indicados na autorização prévia individualizada cuja licença ou autorização padronizada não permita dispensar;
- Identificação da licença/autorização padronizada no domínio da segurança e saúde do trabalho;
- Declaração de responsabilidade de cumprimento integral das obrigações e condições constantes da licença/autorização padronizada.

4.2.3. Estabelecimento tipo 2- Comunicação prévia com prazo

Enumeram-se na tabela 4 os elementos instrutórios da comunicação prévia com prazo, bem como os requisitos de análise.

Tabela 4 - Elementos Instrutórios- Estabelecimentos tipo 2

Elementos de informação	Informação adicional
Identificação do requerente	<p>O requerente poderá ser pessoa singular ou coletiva, devendo estar indicado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome, endereço (sede social, com Rua, porta/n.º, Localidade, CP, Concelho, Distrito), NIPC/NIF, endereço postal (se diferente da sede), e-mail, n.º telefone, n.º fax, código de acesso à certidão permanente de registo comercial (se pessoa coletiva sujeita a registo comercial), consentimento de consulta da declaração de início de atividade, se pessoa singular. • Nome, endereço (Rua, porta/n.º, Localidade, CP, Concelho, Distrito), e-mail, n.º telefone, n.º fax, do representante do industrial Nome, endereço (Rua, porta/n.º, Localidade, CP, Concelho, Distrito), e-mail, n.º telefone, n.º fax, do responsável técnico do projeto.
Localização do estabelecimento industrial	<p>Deverá ser apresentada a localização do estabelecimento/instalação, industrial, através do endereço postal (Rua, porta/n.º, Localidade, CP, Concelho, Distrito), contactos (e-mail, n.º telefone) e identificação (nome e cargo) da pessoa de contacto.</p>

Tabela 4- Elementos Instrutórios- Estabelecimentos tipo 2 (cont.)

Elementos de informação				Informação adicional
Caracterização das atividades	Código(s) CAE da(s) atividade(s) exercida(s)			Deverá ser apresentada a indicação das CAE principal e secundárias (com base no anexo I do DL 169/2012, de 01-08)
	Projeto de instalação	Memória descritiva	Descrição genérica da atividade industrial a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Deverão ser indicadas: <ul style="list-style-type: none"> - As capacidades a instalar; - As matérias-primas e subsidiárias, com indicação do consumo anual previsto e capacidade de armazenagem, para cada uma; - Os produtos (intermédios e finais) a fabricar. • Deverá ser apresentada a lista de máquinas e outros equipamentos a instalar, com identificação dos elementos constantes no mapa 2, do anexo 5. • Deverá ser referido o regime de laboração, com indicação da hora de início e fim do período de laboração, n.º de dias por semana, n.º de turnos, períodos de paragem anual (data de início e fim). • Deverá ser indicado o n.º de trabalhadores previsto, por género e por turno e ainda por área de atividade (mapa 1 do anexo 5).
			Segurança e saúde do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá ser apresentada uma descrição das instalações de carácter social – refeitório, locais de descanso, vestiários (armários individuais duplos), balneários, lavabos, instalações sanitárias separadas por sexo – com referência, relativamente a cada um e quando aplicável, a: tipo de pavimento, cor e revestimento das paredes e tetos, dimensões (área e pé direito), n.º de lugares (no refeitório), n.º de cabinas de banho, n.º de lavatórios, n.º de retretes, n.º de urinóis. • Deverá ser descrita a organização e funcionamento dos serviços de segurança e saúde do trabalho, de acordo com o documento do anexo 6.
		Documentos de suporte à memória descritiva	Relatório de avaliação de potenciais riscos profissionais	Deverá ser apresentado o relatório de avaliação de potenciais riscos profissionais, de acordo com o modelo constante do anexo 4.
			Peças desenhadas	<p>Deverão ser apresentadas as seguintes plantas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planta, a escala não inferior a 1:2000, de localização do estabelecimento. • Planta, devidamente legendada, em escala não inferior a 1:200, com a localização de: máquinas e outro equipamento produtivo; armazenagem de matérias-primas, combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos e de produtos acabados; instalações de queima, de força motriz, ou de produção de vapor, de recipientes e gases sob pressão e instalações de produção de frio; instalações de carácter social (lavabos, balneários e instalações sanitárias), escritórios e do serviço de saúde do trabalho.

Poderá haver dispensa da entrega dos elementos instrutórios se:

- A comunicação prévia com prazo for instruída com título de autorização de utilização para indústria, não envolvendo a exploração do estabelecimento industrial a realização de qualquer operação urbanística sujeita a controlo prévio, nos termos previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE);
- O estabelecimento industrial descrito não se encontrar abrangido pelos regimes jurídicos relativos à utilização de recursos hídricos, à emissão de gases com efeito de estufa, às emissões de compostos orgânicos voláteis para o ambiente ou às operações de gestão de resíduos ou foram juntos ao pedido os títulos e/ou pareceres exigidos naqueles regimes.

4.3. Conformidade dos elementos instrutórios com os requisitos legais

A avaliação da conformidade com os requisitos legais, poderá ter como base de apoio o preenchimento das listas de verificação, constantes no anexo 2, relativamente às condições infraestruturais e funcionais do estabelecimento, tendo em atenção as especificidades de cada atividade.

4.4. Fase de vistoria

Não sendo realizada a vistoria no prazo previsto no n.º1 do art. 35º do Dec-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto por motivos não imputáveis ao requerente, este pode recorrer a Entidade Acreditada para proceder à sua realização.

5

INFORMAÇÃO TÉCNICA SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

5. Informação técnica sobre os requisitos legais em matéria de Segurança e Saúde do Trabalho (SST)

5.1. Principais obrigações e responsabilidades do empregador e do trabalhador¹

Consideram-se como obrigações e responsabilidades gerais do **empregador** no âmbito da SST (Art.15º):

1. Assegurar ao trabalhador **condições de saúde e segurança** em todos os aspetos do seu trabalho;
2. Implementar as medidas de prevenção necessárias, as quais devem ser antecedidas e fundamentadas no resultado da(s) **avaliação(ções) de risco profissional** das várias fases do processo produtivo;
3. Zelar, de forma continuada e permanente, pelo exercício da atividade em condições de segurança e saúde para o trabalhador, tendo em conta os **princípios da prevenção de riscos profissionais**;
4. Organizar os adequados **Serviços de SST** para a empresa/estabelecimento, mobilizando os meios necessários;
5. Assegurar a **vigilância da saúde** do trabalhador, através do Serviço de SST, em função dos riscos profissionais a que estiver potencialmente exposto no local de trabalho;

¹ Os artigos referidos ao longo do texto constam da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro

6. Suportar os **encargos com a organização e funcionamento do Serviço de SST** e demais medidas de prevenção, incluindo exames, avaliações de exposições, e outras ações inerentes à prevenção dos riscos profissionais e vigilância da saúde, sem impor aos trabalhadores quaisquer encargos financeiros.
7. Fornecer ao trabalhador as **informações e formação** necessárias ao desenvolvimento da atividade em condições de saúde e segurança;
8. Organizar os **meios de prevenção**, não só do trabalhador como também de terceiros, suscetíveis de serem expostos aos riscos aquando da realização dos trabalhos, quer nas instalações quer no exterior.
9. Cessar a atividade, afastar imediatamente o trabalhador do local de trabalho e/ou adotar outras medidas e instruções em **caso de perigo grave ou iminente** que não possa ser tecnicamente evitado e permitir o **acesso a zonas de risco elevado** somente a trabalhadores com aptidão e formação adequadas, pelo tempo mínimo necessário;
10. Estabelecer e organizar as medidas em matéria **primeiros socorros, combate a incêndios e evacuação**.
11. Cumprir as **prescrições legais ou convencionais** de saúde e segurança do trabalho estabelecidas.
12. Consultar, por escrito, o **representante dos trabalhadores** para a segurança e saúde ou, na sua falta os próprios trabalhadores, e assegurar a adequada informação e formação do referido representante.

De salientar, que para garantir o cumprimento das responsabilidades e obrigações acima referidas é crucial que o empregador estabeleça, em primeira linha, uma **Política de SST** e organize o **Serviço de SST** na sua empresa/estabelecimento.

5.2. Política de Segurança e Saúde do Trabalho²

O empregador é responsável pela segurança e saúde de todos os seus trabalhadores (Art.15º), ao qual cabe definir e instituir uma **Política de Saúde e Segurança do Trabalho** (por vezes também denominada como Política de Saúde Ocupacional) para a sua empresa/estabelecimento.

A Política de Segurança e Saúde é um conjunto de intenções, formalmente expressa pelo empregador, que evidencia o reconhecimento e a importância prestada por este à saúde e segurança do trabalho, para além de fornecer um enquadramento de suporte à organização, à sua atuação e à definição de objetivos (institucionais e dos trabalhadores) nesta matéria.

Esta Política deverá estar vertida em **documento escrito**, datado e assinado pelo empregador, visando a responsabilização das chefias, a todos os níveis, assim como a divulgação e o incentivo dos trabalhadores e outras partes interessadas. No processo de definição/elaboração da Política, deve-se privilegiar a participação dos trabalhadores e prever a sua atualização, sempre que necessário.

Entre outros aspetos, a Política de Segurança e Saúde do Trabalho deve assegurar o **compromisso** da empresa/estabelecimento quanto:

- a) À garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos os trabalhadores, designadamente pelo cumprimento do quadro legal neste âmbito.
- b) À aplicação das necessárias medidas de prevenção e proteção que evitem/minimizem os danos para a saúde dos trabalhadores, tendo por base a gestão dos riscos profissionais.
- c) À adequada organização do Serviço de SST, designadamente pela atribuição de funções e competências específicas em matéria de saúde e

² Os artigos referidos ao longo do texto constam da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro

segurança dos trabalhadores, e pela disponibilização dos recursos essenciais ao funcionamento do Serviço, incluindo profissionais especializados, instalações, equipamentos e utensílios de trabalho e de avaliação de saúde e recursos financeiros.

- d) À disponibilização a todos os trabalhadores da informação e formação necessárias ao incremento da cultura de segurança do trabalho e da promoção da saúde dos trabalhadores.
- e) À monitorização e melhoria contínua da gestão da SST da empresa/estabelecimento.
- f) À partilha dos princípios de SST com toda a cadeia de produção e comercialização e em todas as comunidades onde opera.

5.3. Organização do Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho³

5.3.1. Modalidades de organização

A Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, define que as entidades empregadoras devem organizar o Serviço de SST (Art. 73º) de acordo com as seguintes modalidades (Art. 74º) **Serviço interno**, **Serviço externo** ou **Serviço comum** (*vide* Tabela 5).

O **Serviço interno é obrigatório** sempre que a empresa/estabelecimento possua pelo menos 400 trabalhadores ou existam 30 ou mais trabalhadores expostos a trabalho/atividades de potencial risco profissional elevado. Nas restantes situações o empregador tem a liberdade de optar por outro tipo de modalidade de organização do serviço.

³ Os artigos referidos ao longo do texto constam da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro

Tabela 5 - Requisitos obrigatórios na seleção da modalidade de organização do Serviço de SST

Serviço Interno	Serviço Externo	Serviço Comum
Pelo menos 400 trabalhadores. (Nota 1: O requisito integra o número de trabalhadores do estabelecimento ou do conjunto de estabelecimentos distanciados até 50 km daquele que ocupa maior número de trabalhadores) OU Pelo menos 30 trabalhadores estão expostos a trabalho/atividades de potencial risco profissional elevado.	Menos de 400 trabalhadores. (Vide Nota 1) E Menos de 30 trabalhadores estão expostos a trabalho/atividades de potencial risco profissional elevado.	Menos de 400 trabalhadores. (Vide Nota 1) E Menos de 30 trabalhadores estão expostos a trabalho/atividades de potencial risco profissional elevado. E Empresas ou estabelecimentos pertencentes a sociedades, nas quais não seja obrigatória a organização de Serviço Interno e não se encontrem em relação de grupo.

Fonte: Artigos 74.º, 78.º, 80.º, 82.º e 83.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro

O empregador deverá notificar a ACT da modalidade adotada para a organização do Serviço, bem como da sua alteração, nos 30 dias seguintes à verificação de qualquer um dos factos. Contudo, deve-se salientar que o empregador pode:

- Adotar diferentes modalidades de organização** do Serviço de SST para cada estabelecimento, desde que existam meios suficientes para exercer as atividades principais de segurança e saúde do trabalho;
- Organizar separadamente o domínio da Saúde do Trabalho e o domínio de Segurança do Trabalho** num(a) mesmo(a) empresa/estabelecimento, desde que seja assegurada a articulação de ambos os domínios.

De salientar que, no **domínio da Saúde do Trabalho**, a prestação das atividades de vigilância da saúde aos trabalhadores deverá ser preferencialmente realizada no local de trabalho (empresa/estabelecimento), devendo existir para o efeito instalações próprias, a saber:

- Na empresa/estabelecimento até 250 trabalhadores **pelo menos um gabinete polivalente** para a Saúde do Trabalho.
- Na empresa/estabelecimento com 250 a 400 trabalhadores **dois gabinetes** (para o médico do trabalho e enfermeiro) destinados à Saúde do Trabalho.
- Na empresa/estabelecimento com mais de 400 trabalhadores, incluindo as que solicitam dispensa de serviços internos, **dois gabinetes** (do médico do trabalho e do enfermeiro) para a Saúde do Trabalho. Nesta situação, deverão ser adicionados **mais dois gabinetes por cada 1500 trabalhadores**.

Para além das referidas modalidades de organização, existe ainda o **regime simplificado**, para situações particulares, a saber:

- **No domínio da Segurança do Trabalho**, sempre que empresa/estabelecimento empregue no máximo nove trabalhadores e a sua atividade não seja de risco elevado a segurança do trabalho pode ser desenvolvida pelo próprio empregador (com formação adequada e que permaneça habitualmente nos estabelecimentos) ou por um ou mais trabalhadores designados que se ocupem de todas ou algumas das atividades de segurança do trabalho, desde de que possuam formação adequada e disponham de tempo e meios necessários. A adoção desta modalidade implica a **autorização prévia**, pelo que deverá ser requerida à ACT pelo empregador, preferencialmente por via eletrónica: certificacaost@act.gov.pt. Esta autorização é concedida pelo período de cinco anos, devendo ser requerida a sua renovação até 60 dias antes do termo da autorização, sob pena de caducidade.
- **No domínio da Saúde do Trabalho**, quando os trabalhadores de microempresas não exerçam atividade de risco elevado podem solicitar que a promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores seja assegurada pelo Serviço Nacional de Saúde (Art. 76.º). Não existindo, até à data, suporte legal que imponha a obrigatoriedade da existência desta atividade nas diversas unidades de saúde, a prestação no âmbito

da saúde do trabalho só será realizada nas unidades de saúde em que estejam reunidas e organizadas as condições logísticas e de recursos essenciais e indispensáveis ao seu funcionamento. O empregador deverá optar por outra modalidade de organização sempre que existam constrangimentos quanto à prestação pelo Serviço Nacional de Saúde.

5.3.1.1. Serviço interno

O Serviço Interno deve, obrigatoriamente, **fazer parte da estrutura organizacional da empresa/estabelecimento** e funcionar na dependência da Gestão de Topo (Art. 78.º), devendo este aspeto ser evidente e contemplado na estrutura orgânica.

Os empregadores abrangidos pela obrigatoriedade de constituição de serviço interno (Art. 78.º) **só podem ser dispensados desta forma de organização**, nas seguintes condições (Art. 80.º) :

- Não exercício de atividades de risco elevado;
- Apresentação de taxas de incidência e gravidade de acidentes de trabalho, nos últimos dois anos, não superiores à média do respetivo sector;
- Não existência de registo de doenças profissionais contraídas ao serviço da empresa ou para as quais tenham contribuído direta e decisivamente as condições de trabalho da empresa ou estabelecimento;
- Não tenha sido punida por infrações muito graves respeitantes à violação da legislação de segurança e saúde do trabalho praticadas no mesmo estabelecimento nos últimos dois anos;
- Respeito dos valores limite de exposição a substâncias ou fatores de risco. Esta verificação é efetuada através dos relatórios de avaliação de riscos apresentados pela entidade requerente, ou através de vistoria.

A **autorização para a dispensa de serviço interno** é requerida ao organismo competente (DGS e/ou ACT), nomeadamente por via eletrónica, em modelo próprio. Assim, de acordo com o domínio de autorização pretendido para a dispensa, o requerimento deve ser dirigido:

- a) Ao Director-Geral da Saúde, sempre que se requer dispensa de Serviço interno no **domínio da Saúde do Trabalho**, podendo utilizar o correio eletrónico saudetrabalho@dgs.pt;
- b) Ao Inspector-Geral, sempre que se requer dispensa de Serviço interno no **domínio da Segurança do Trabalho**, podendo utilizar o correio eletrónico dspsst.mail@act.gov.pt.

A **autorização é revogada** sempre que a empresa, estabelecimento ou conjunto de estabelecimentos para os quais tenha sido autorizada a dispensa de serviço interno:

- Apresentar taxas de incidência e gravidade de acidentes de trabalho, nos dois últimos anos, superiores à média do respetivo sector;
- Tiver ocorrido, nos últimos dois anos, um acidente de trabalho mortal por violação das regras de segurança de saúde imputável ao empregador.
- Tiver sido condenada, nos dois últimos anos, pela prática de contraordenação muito grave em matéria de segurança e de saúde do trabalho ou em reincidência pela prática de contraordenação grave em matéria de segurança e de saúde do trabalho;

Se a autorização for revogada, a empresa ou estabelecimento dispõe de um **prazo de seis meses** para adotar a modalidade de serviço interno.

5.3.1.2. Serviço externo

Considera-se Serviço Externo aquele que é desenvolvido por entidade autorizada pelos organismos competentes que, mediante **contrato escrito** com o empregador, realiza as atividades de segurança e/ou saúde do trabalho, nomeadamente as que se encontram previstas no artigo n.º 98.º da Lei n.º 102/2009.

O Serviço Externo só poderá ser prestado por **empresas autorizadas**:

- a) Pela DGS, quando prestam atividades no **domínio da Saúde do Trabalho**. A lista das empresas autorizadas pode ser consultada em www.dgs.pt/saude-ocupacional.aspx;
- b) Pela ACT, quando prestam atividades no **domínio da Segurança do Trabalho**. A lista das empresas autorizadas pode ser consultada em www.act.gov.pt.

Nota: A empresa prestadora de Serviço Externo carece de autorização explícita para desempenhar atividades de SST em empresa/estabelecimento que desenvolve trabalhos/atividades com potencial risco elevado (vide Tabela 6), devendo tal autorização ser requerida ao organismo competente (DGS e/ou ACT).

Tabela 6 – Lista indicativa dos trabalhos ou atividades com potencial risco elevado

Trabalhos ou atividades com potencial risco elevado
<p>a) Trabalhos em obras de construção, escavação, movimentação de terras, de túneis, com riscos de quedas de altura ou de soterramento, demolições e intervenção em ferrovias e rodovias sem interrupção de tráfego;</p> <p>b) Atividades de indústrias extrativas;</p> <p>c) Trabalho hiperbárico;</p> <p>d) Atividades que envolvam a utilização ou armazenagem de produtos químicos perigosos suscetíveis de provocar acidentes graves;</p> <p>e) Fabrico, transporte e utilização de explosivos e pirotecnia;</p> <p>f) Atividades de indústria siderúrgica e construção naval;</p> <p>g) Atividades que envolvam contacto com correntes elétricas de média e alta tensões;</p> <p>h) Produção e transporte de gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos ou a utilização significativa dos mesmos;</p> <p>i) Atividades que impliquem a exposição a radiações ionizantes;</p> <p>j) Atividades que impliquem a exposição a agentes cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução;</p> <p>l) Atividades que impliquem a exposição a agentes biológicos do grupo 3 ou 4</p> <p>m) Trabalhos que envolvam exposição a sílica.</p>

Fonte: Art. 79.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro

5.3.1.3. Serviço comum

O serviço comum (Art. 82.º) de segurança e/ou de saúde do trabalho é **instituído por acordo** entre várias empresas ou estabelecimentos pertencentes a sociedades que não se encontrem em relação de grupo, nem sejam abrangidas pela obrigatoriedade de constituição de serviço interno (*vide* Tabela 5) de acordo com o artigo 78.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de

setembro. O serviço comum não poderá prestar serviços de segurança e/ou saúde do trabalho a outras empresas que não façam parte do acordo referido.

Este **acordo deve ser celebrado por escrito**, devendo o mesmo ser assinado entre todas as empresas e estabelecimentos que usufruem do Serviço e referir, explicitamente, a sua organização para efeitos de SST.

Esta modalidade de organização **carece de autorização** que deve ser requerida em modelo próprio, ao organismo competente, nomeadamente por via eletrónica, mediante modelo próprio, aprovado pela Portaria n.º 255/2010, de 5 de maio.

5.3.2. Estrutura orgânica

O **organigrama** da empresa/estabelecimento deverá incluir o Serviço de SST na sua estrutura interna, salvo na modalidade de Serviço externo em que deverá estar definido o **representante do empregador** com formação adequada para acompanhar e coadjuvar as atividades de prevenção (Art. 77.º).

Em qualquer modalidade de organização, o Serviço de SST deve possuir uma estrutura orgânica que englobe de **forma integrada**, e sempre que possível, os domínios da Saúde do Trabalho e da Segurança do Trabalho. A referida integração implica, obrigatoriamente, uma adequada e permanente **articulação** entre os profissionais dos dois domínios, a qual deve estar formalmente documentada.

Deve-se igualmente salvaguardar que o Serviço de SST tem estabelecido um processo de comunicação, que integre a Gestão de Topo, as principais chefias, o representante do empregador (aplicável ao Serviço externo e comum), o representante dos trabalhadores para a SST, e os trabalhadores em geral.

Qualquer que seja a modalidade adotada, a empresa ou o estabelecimento, deve ter uma estrutura interna que assegure as atividades de primeiros

socorros, de combate a incêndios e de evacuação de instalações, as medidas que devem ser adotadas e a identificação dos trabalhadores responsáveis pela sua aplicação, bem como assegurar os contactos necessários com as entidades externas competentes para realizar aquelas operações e as de emergência médica

5.3.3. Objetivos do Serviço

O Serviço de SST da empresa/estabelecimento deverá **estabelecer os objetivos de segurança e saúde do trabalho**, devendo estes ser documentados, periodicamente atualizados e ter associado um período de início e de conclusão.

Os objetivos de saúde e segurança do trabalho, de cada empresa/estabelecimento, devem ser mensuráveis (sempre que possível), associados a metas, **consistentes com a Política de Segurança e Saúde do Trabalho estabelecida, com as atividades de trabalho e com principais riscos profissionais**, para além de considerar os requisitos legais e outros publicados pelos organismos nacionais competentes nesta matéria.

5.3.4. Recursos humanos

O Serviço de SST da empresa/estabelecimento deve possuir uma equipa de profissionais (ou estarem afetos no caso da modalidade de Serviço externo do domínio da Saúde do Trabalho) que assegure as atividades do Serviço e a sua gestão, a saber:

- **Médico do Trabalho**, que desenvolve as suas atividades durante o número de horas necessário à realização dos atos médicos, de rotina ou de emergência e outros trabalhos que coordene. Este profissional não poderá assegurar a vigilância da saúde dos trabalhadores a que

corresponda mais de 150 horas de atividade por mês (Art. 105.º). O número de horas prestado pelo médico do trabalho não deve ser inferior aos valores estabelecidos legalmente (Art. 105.º)– *vide* Tabela 7.

Sempre que exista mais do que um médico, a empresa/estabelecimento deverá nomear um médico do trabalho para a função de **Diretor Clínico do Serviço de Saúde do Trabalho**, o qual deverá disponibilizar, no mínimo, 15 horas/mês para aspetos relacionados com a gestão e planeamento, entre outros atos necessários à coordenação. Não estão autorizados para o desempenho das funções de Diretor Clínico do Serviço de Saúde do Trabalho os médicos sem a Especialidade de Medicina do Trabalho e os médicos que se encontram no regime de autorização transitória para o exercício da medicina do trabalho.

Tabela 7 – Número mínimo de horas prestadas pelo médico do trabalho por número de trabalhadores e tipo de estabelecimento

Tipo de estabelecimento	Mínimo de horas prestadas pelo Médico do Trabalho por número de trabalhadores
Estabelecimento industrial ou estabelecimento de outra natureza com risco elevado	1 hora por mês por cada grupo de 10 trabalhadores ou fração
Restantes estabelecimentos	1 hora por mês por cada grupo de 20 trabalhadores ou fração

Fonte: Art. 105.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro

- **Técnico Superior e Técnico de segurança do trabalho**, para prestação das atividades de segurança, os quais devem ser detentores das qualificações legalmente exigidas para o exercício das respetivas profissões. O número de Técnicos superiores/Técnicos de Segurança do Trabalho não deve ser inferior ao legalmente estabelecido (Art. 101.º) – *vide* Tabela 8.

Tabela 8 – Número de Técnicos superiores/Técnicos de Segurança do Trabalho por número de trabalhadores a abranger e tipo de estabelecimento

Tipo de estabelecimento	Número de Técnicos superiores/Técnicos de Segurança do Trabalho por número de trabalhadores a abranger
Estabelecimento industrial ou estabelecimento de outra natureza com risco elevado	<ul style="list-style-type: none"> • Até 50 trabalhadores: 1 técnico • Mais de 50 trabalhadores: 2 técnicos por cada 1500 trabalhadores abrangidos ou fração, sendo pelo menos um deles técnico superior.
Restantes estabelecimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Até 50 trabalhadores: 1 técnico • Mais de 50 trabalhadores: 2 técnicos por cada 3000 trabalhadores abrangidos ou fração, sendo pelo menos um deles técnico superior.

Fonte: Art. 101.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro

- **Enfermeiro do Trabalho**, deverá integrar a Equipa de profissionais de SST sempre que a empresa/estabelecimento possua mais de 250 trabalhadores e, obrigatoriamente, nas empresas prestadoras de Serviços externos de Saúde do Trabalho. O Enfermeiro deverá prestar a atividade profissional durante o número de horas necessárias ao trabalho de enfermagem de rotina e de emergência, por um tempo não inferior ao número de horas de trabalho do médico do trabalho.

Todos os profissionais anteriormente mencionados, devem estar contratualizados de forma **nominativa e por tempo de afetação à atividade**.

De salvaguardar, que poderão integrar a **Equipa do Serviço de SST** outros profissionais não mencionados anteriormente (ex. ergonomistas, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas), de acordo, nomeadamente, com os riscos profissionais identificados, as prioridades estabelecidas e os recursos financeiros existentes.

5.3.5. Requisitos de garantia das condições de exercício

Para além dos requisitos relativos aos recursos humanos, o **Serviço de SST** de qualquer empresa/estabelecimento, independentemente do seu modelo de organização (interno, externo ou comum), deve assegurar também o cumprimento de outros **requisitos mínimos**:

1. Instalações adequadas e devidamente equipadas para o exercício da respetiva atividade;
2. Equipamentos e utensílios de avaliação das condições de segurança e saúde do trabalho e equipamentos de proteção individual a utilizar pelo pessoal técnico da entidade requerente;
3. Qualidade técnica dos procedimentos, nomeadamente para avaliação das condições de segurança e de saúde e planeamento das atividades;
4. Capacidade para o exercício das atividades principais do serviço de segurança e de saúde do trabalho, descritas no artigo n.º 98.º da Lei n.º 102/2009, admitindo-se o recurso a subcontratação de serviços apenas em relação a tarefas de elevada complexidade ou pouco frequentes.
5. Garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnica e de organização do tratamento de dados pessoais a efetuar

5.4. Principais atividades do Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

As principais atividades do Serviço de SST encontram-se previstas no artigo 98.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro.

Considera-se que, qualquer que seja a modalidade adotada, a empresa/estabelecimento deve ter uma estrutura interna que previna os riscos profissionais e promova a saúde nos locais de trabalho, nomeadamente pelas seguintes **atividades**:

1. **Identificação, avaliação e controlo dos riscos profissionais**, devendo estar associado a este processo de gestão um plano detalhado de prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores.
2. **Vigilância da saúde dos trabalhadores**, incluindo a realização de exames de saúde de admissão, periódicos e ocasionais, dos exames complementares de diagnóstico, da vacinação dos trabalhadores e de consultas de especialidade (sempre que necessárias), assim como o registo dos aspetos clínicos relativos ao trabalhador (processo clínico nominativo) e da sua aptidão para o trabalho (ficha de aptidão individual).
3. **Organização dos ficheiros** clínicos e relativos às fichas de aptidão dos trabalhadores da empresa/estabelecimento.
4. **Promoção da saúde no local de trabalho**, mediante a realização de atividades que favoreçam as práticas de trabalho saudáveis e seguras e estilos de vida saudáveis.
5. **Supervisão das condições de higiene e segurança do trabalho** quanto às instalações, equipamentos e utensílios de trabalho, aos aspetos de sinalização de segurança, entre outros.
6. Elaboração de **programa de formação e informação** em matéria de saúde e segurança do trabalho, assim como prever atividades de **consulta aos representantes dos trabalhadores** para a saúde e segurança do trabalho;
7. Participação na elaboração do **plano de emergência interno**, incluindo as seguintes vertentes: primeiros socorros, combate a incêndios e situações de emergência e evacuação.

8. Recolha, organização e reporte dos elementos necessários às **notificações e participações** obrigatórias.
9. Recolha, organização, análise e reporte dos **elementos estatísticos** relativos à saúde e segurança do trabalho, incluindo: demografia e estado da saúde da população trabalhadora, organização de trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais, avaliação dos riscos profissionais e prestação de cuidados de saúde aos trabalhadores.
10. Indicação de **medidas, propostas e recomendações corretivas** relativas a situações críticas para a saúde dos trabalhadores.

As atividades de saúde e segurança do trabalho, devem constar do **Programa de Ação do Serviço de SST** da empresa/estabelecimento, que deve ser aprovado pelo empregador e dado conhecimento ao representante dos trabalhadores para a segurança e saúde do trabalho e restantes trabalhadores.

5.5. Fatores de Risco Profissional

Um **fator de risco profissional** é um agente suscetível de provocar um efeito adverso (dano) na saúde do trabalhador (ex. acidente de trabalho, doença profissional ou outra doença ligada ao trabalho). Por vezes denomina-se o potencial fator de risco como “perigo”.

O **risco profissional** designa a combinação da probabilidade de ocorrência de um efeito adverso (dano) na saúde do trabalhador e a gravidade do dano no trabalhador, assumindo que existe exposição profissional. Neste sentido, o risco profissional existe em qualquer empresa/estabelecimento, ainda que possa ser probabilisticamente pouco valorizável (**risco aceitável**). Assim, é incorreto afirmar a ausência de risco profissional numa empresa/estabelecimento.

Usualmente classificam-se os riscos profissionais pela sua natureza: Biológicos, Físicos, Químicos, Psicossociais, Relativos à atividade de trabalho e Mecânicos.

Um trabalhador pode estar exposto a um risco profissional por diversas **vias**: respiratória (inalação), digestiva (ingestão), dérmica (contacto), auditiva (audição), ocular (“contacto” visual) sendo que a **exposição profissional** depende de diversos fatores:

- Das características do fator de risco e da “quantidade” em que este está presente no ambiente de trabalho;
- Da capacidade de penetração e interação do fator de risco com o organismo humano;
- Do tempo e frequência a que o trabalhador está exposto;
- Da intensidade de exposição;
- Das características individuais do trabalhador (ex. género, idade, estado de saúde, suscetibilidade genética);
- Entre outros.

Assim, **para cada fator de risco deve ser desenvolvida uma estratégia de intervenção** da responsabilidade do Serviço de SST da empresa/estabelecimento.

5.5.1. Fatores de risco profissional de natureza biológica

Os fatores de risco profissional de natureza biológica (também designados por agentes biológicos) são **microrganismos**, incluindo os geneticamente modificados, as culturas de células e os endoparasitas humanos suscetíveis de provocar **infecções, alergias ou intoxicações** (Art. 3º, do Decreto-Lei n.º 84/97, de 16 de abril).

Os agentes biológicos são **vírus, fungos e bactérias** suscetíveis de causar doença ao trabalhador exposto. Estes podem ser classificados em quatro grupos de acordo com o seu nível de risco infeccioso - definido no diploma atrás indicado - no qual se tem em consideração a probabilidade de o agente causar doença e o risco de propagação na comunidade.

Como exemplos de atividades em que o trabalhador pode estar exposto ao risco biológico, temos:

- Trabalho em unidades de produção alimentar;
- Trabalho agrícola;
- Atividades em que há contacto com animais e ou produtos de origem animal;
- Trabalho em unidades de saúde, incluindo unidades de isolamento e de autópsia;
- Trabalho em laboratórios clínicos, veterinários e de diagnóstico, incluindo laboratórios microbiológicos de diagnóstico;
- Trabalho em unidades de recolha, transporte e eliminação de detritos;
- Trabalho nas instalações de tratamento de águas de esgoto.

Salienta-se que o empregador deve notificar, de acordo com o artigo 5.º do referido Decreto-Lei, a Autoridade para as Condições do Trabalho e a Direcção-Geral da Saúde com, pelo menos, 30 dias de antecedência, do início de atividades em que sejam utilizados, pela primeira vez, agentes biológicos dos grupos 2, 3 ou 4 bem como em cada situação em que haja utilização de novos agentes biológicos do grupo 4 e de agentes novos classificados provisoriamente no grupo 3.

O modelo de notificação encontra-se disponível nos sítios eletrónicos das referidas entidades.

5.5.2. Fatores de risco profissional de natureza física

Os fatores de risco profissional de natureza física relacionam-se essencialmente com a propagação da energia nas suas diversas formas. São seguidamente apresentados alguns exemplos:

- Ruído (pressão sonora elevada);
- Radiação (ionizante e não ionizante);
- Iluminância;
- Vibração;
- Temperatura (*stress* térmico);
- Pressão (ambiente hiperbárico e hipobárico);
- Humidade (ambiente muito húmido/seco);
- Entre outros.

De salientar, que a combinação de alguns riscos físicos (ex. ruído, vibração, temperatura e pressão elevadas), assim como com riscos de outra natureza (ex. psicológicos) podem potenciar os danos na saúde do trabalhador, pelo que a **análise da exposição profissional múltipla** é indispensável e deve ser assegurado pelo Serviço de SST da empresa/estabelecimento.

5.5.3. Fatores de risco profissional de natureza química

Os fatores de risco profissional de natureza química (também designados por riscos químicos) são **elementos ou compostos químicos**, isolados ou em mistura, que se apresentem no estado natural ou sejam produzidos, utilizados ou libertados em consequência de uma atividade laboral, incluindo sob a forma de resíduo, em contexto de produção ou comercialização (Art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro).

Um **agente químico é perigoso**, sempre que é classificado como substância ou mistura perigosa, assim como nas situações em que possa implicar riscos para a saúde dos trabalhadores (Art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro) devido:

- Às suas propriedades físico-químicas e/ou toxicológicas;
- À forma como é utilizado pelos trabalhadores;
- À forma como se apresenta no local de trabalho.

As substâncias ou misturas consideradas perigosas, devem ser acompanhadas de uma **ficha de dados de segurança** e estarem rotuladas de maneira a que os trabalhadores tenham conhecimento dos seus efeitos e das medidas de prevenção e proteção a adotar, antes de as manusearem.

As propriedades das substâncias e misturas que conduzem à classificação de **perigosas**, encontram-se estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008), relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas. Estas propriedades incluem os perigos físicos, para a saúde humana e para o ambiente, a saber:

- **Perigos para a saúde humana** – Toxicidade aguda (oral, cutânea, por inalação), Mutagenicidade, Carcinogenicidade, Toxicidade para a reprodução, Corrosão/irritação/cutânea, Lesões/irritações oculares, Sensibilidade respiratória.
- **Perigos físicos** - inflamáveis, explosivos, comburentes, pirofóricos e substâncias/misturas auto-reactivas.
- **Perigos para o meio ambiente** – por exemplo, as substâncias perigosas para o ambiente aquático. Estes perigos terão especial interesse no contexto da saúde ocupacional, nas situações em que afetem o ambiente do local de trabalho.

Os **valores limite de exposição profissional**, com carácter indicativo, relativos a agentes químicos encontram-se estabelecidos no Anexo III do

Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro. O referido Decreto estabelece ainda, no Anexo IV, a proibição de alguns agentes químicos. No que se refere à proteção dos trabalhadores contra os riscos químicos relacionados com agentes cancerígenos ou mutagénicos no trabalho, os valores limite encontram-se estabelecidos no Anexo do Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro.

A Norma Portuguesa 1796:2007 estabelece também valores limite relativos a outros agentes químicos, não sendo contudo um documento vinculativo.

5.5.4. Fatores de risco profissional de natureza psicossocial

Os fatores de risco profissional de natureza psicossocial são aqueles que derivam de características **sociais** (ex. padrões de interação grupal, relacionamento interpessoal, conflito trabalho/família), **culturais** (ex. modelos tradicionais de liderança, de tomada de decisão e de resolução de conflitos) e **psicológicos** do trabalhador (ex. atitudes, valores, representações, personalidade), para além de **aspetos do trabalho**, designadamente as características físicas do ambiente, a organização do trabalho e a tarefa do trabalhador na empresa/estabelecimento. Estes fatores poderão potenciar situações de stress, violência no trabalho, assédio moral e sexual, entre outros.

5.5.5. Fatores de risco profissional relativos à atividade de trabalho

São usualmente considerados como fatores de risco profissional relativos à atividade de trabalho os que se relacionam com os **aspetos da ergonomia** e de **organização** da empresa/estabelecimento. Destacam-se os seguintes:

- Posturas ou posições corporais (extremas);
- Aplicação de força (inadequada);
- Repetitividade;

- Ritmo de trabalho (intenso);
- Cadência da tarefa (monotonia);
- Modelo organizacional de produção (ex. horário, turno, picos de produção, pausas, trabalho em linha);
- Outros.

A conceção do local de trabalho é um aspeto fundamental a ter em atenção na fase de projeto. De facto, aspetos como o lay-out, conceção (ou correção) de sistemas, máquinas e postos de trabalho que sejam seguros e eficientes, adaptando o trabalho ao Homem e tendo como objetivo fundamental, o aumento da segurança, saúde e conforto do trabalhador, contribuem para o aumento da eficiência organizacional e para a melhoria das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho.

5.5.6. Fatores de risco profissional mecânicos

Os fatores de risco profissional mecânicos encontram-se essencialmente relacionados com os **elementos mecânicos** que conduzem aos **acidentes de trabalho** (ex. quedas em altura e ao mesmo nível, choque, entaladela, esmagamento, movimento em falso, etc.).

Geralmente o contacto do corpo, ou parte deste, com os máquinas e equipamentos de trabalho, poderão ocasionar danos para a saúde do trabalhador, sobretudo quando associados a inadequados/insuficientes procedimentos, comportamentos e outras condições de trabalho.

É comum, no setor industrial a utilização de equipamentos de trabalho, nomeadamente máquinas e ferramentas, devendo estas estar em conformidade com a legislação vigente.

A segurança na utilização de equipamentos de trabalho, pelos trabalhadores, nos locais de trabalho, é regulada pelo Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro (que transpõe a Diretiva Equipamentos de Trabalho), o qual estabelece o conjunto de regras reguladoras da segurança do trabalho com esses equipamentos, que têm como destinatários os empregadores e se destinam a promover a melhoria das condições de trabalho com o objetivo de assegurar um melhor nível de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores.

5.6. Gestão do Risco Profissional

A gestão do risco profissional deve ser entendida como um **processo dinâmico** e técnico-científico que visa eliminar, minimizar ou controlar o risco profissional dos trabalhadores no seu local de trabalho. Este processo permite ao empregador tomar medidas preventivas e corretivas de forma mais eficaz e possibilita a definição de prioridades de ação que efetivamente assegurem e/ou melhorem a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Uma adequada **avaliação dos riscos profissionais** constitui a base de uma efetiva gestão em saúde e segurança do trabalho, sendo uma ferramenta fundamental para a prevenção dos riscos profissionais e, consequentemente, para a redução dos acidentes de trabalho, das doenças profissionais e de outras doenças ligadas ao trabalho.

Este processo desenvolve-se em três principais vertentes: análise do risco; avaliação do risco e gestão do risco (*vide* Fig. 1). As etapas do processo são as seguidamente indicadas:

1. **Identificação dos fatores de risco profissional** – etapa essencialmente descritiva sobre os elementos, condições e processos de trabalho e a(s) atividade(s) desempenhada(s) pelo trabalhador, com ênfase na perspetiva da adversidade potencial do trabalho na saúde do trabalhador. É uma etapa que exige rigor na inventariação e caracterização dos fatores de risco e requer, para além da observação,

a descrição e interpretação do contexto do trabalho que poderá ocasionar efeitos negativos na saúde do trabalhador.

2. **Identificação dos trabalhadores expostos** – nesta etapa deverão ser identificados os trabalhadores que estão expostos ao fator de risco profissional, de que forma a exposição profissional ocorre (ex. vias de exposição, tempo de exposição, entre outros), e proceder-se à quantificação dos efeitos na saúde (sintomas e danos). Especial atenção deve ser prestada aos **trabalhadores mais vulneráveis** (ex. trabalhadoras grávidas puérperas ou lactantes, trabalhadores jovens e idosos, trabalhadores portadores de deficiência, trabalhadores sem formação ou inexperientes, trabalhadores isolados nas suas atividades profissionais, trabalhadores com imunidade comprometida ou com doenças crónicas, entre outros) e/ou que executam **trabalhos e atividades de potencial risco elevado** (*vide* Tabela 6).
3. **Estimativa do risco profissional** – perante a informação anteriormente recolhida, deverá estimar-se a *“probabilidade de ocorrência”* (*quantas vezes pode ocorrer?*) e a *“gravidade do dano”* (*que dano pode ocorrer?*). Sempre que os fatores de risco profissional são mensuráveis (ex. possuem valores limite ou valores de referência de exposição profissional) estes deverão ser utilizados na estimativa.
4. **Valoração do risco profissional** – esta etapa tem por base o cruzamento da informação relativa à *“probabilidade de ocorrência”* e à *“gravidade do dano”*, visando comparar a magnitude do risco com padrões de referência. Neste contexto, deverá ser estabelecido pela empresa/estabelecimento um referencial de valoração do risco profissional, tendo em conta as normas, legislação e as boas práticas, utilizando uma escala de níveis de risco em que cada nível deve estar associada a medidas preventivas/corretivas específicas.
5. **Controlo do risco profissional** – esta etapa deverá permitir reduzir o risco profissional existente para níveis aceitáveis, assim como promover a monitorização das medidas implementadas (ex. ações de

acompanhamento ou de reavaliação periódica). As medidas a implementar deverão considerar os princípios de prevenção, e poderão ser de cinco áreas distintas: i) condições de trabalho, ii) equipamento de trabalho, iii) organização do trabalho, iv) formação e informação do trabalhador, v) vigilância da saúde. Esta etapa deverá ainda indentificar a necessidade de novas avaliações de risco profissional, **recomenchando o ciclo de gestão do risco profissional**.

Figura 1 – Processo de Gestão do risco profissional



De referir, que o processo de análise, avaliação e controlo dos riscos profissionais **deve ser efetuado**, sempre que:

- Se verifique a necessidade de incluir um risco identificado na sequência de uma não conformidade detetada;
- Sejam criados/alterados substancialmente produtos, processos ou atividades;
- Ocorram alterações significativas na legislação ou outros requisitos aplicáveis;
- Sejam implementadas medidas de minimização de riscos profissionais.

No que se refere à hierarquização de medidas preventivas/corretivas, no âmbito do controlo de riscos profissionais, deve-se considerar o seguinte:

1- Eliminar o fator de risco profissional – Esta deve ser a primeira atitude a tomar em termos de prevenção. Sempre que não se consiga eliminar o fator de risco, avaliar a forma de diminuir o risco a ele associado.

2 – Substituir o fator de risco profissional – como por exemplo substituir um agente/material perigoso por outro menos perigoso.

3 - Implementar medidas de engenharia – como por exemplo a instalação de proteções nas máquinas e equipamentos perigosos, a instalação de sistemas de ventilação geral ou localizada para captação de poeiras, fumos ou gases, entre outros.

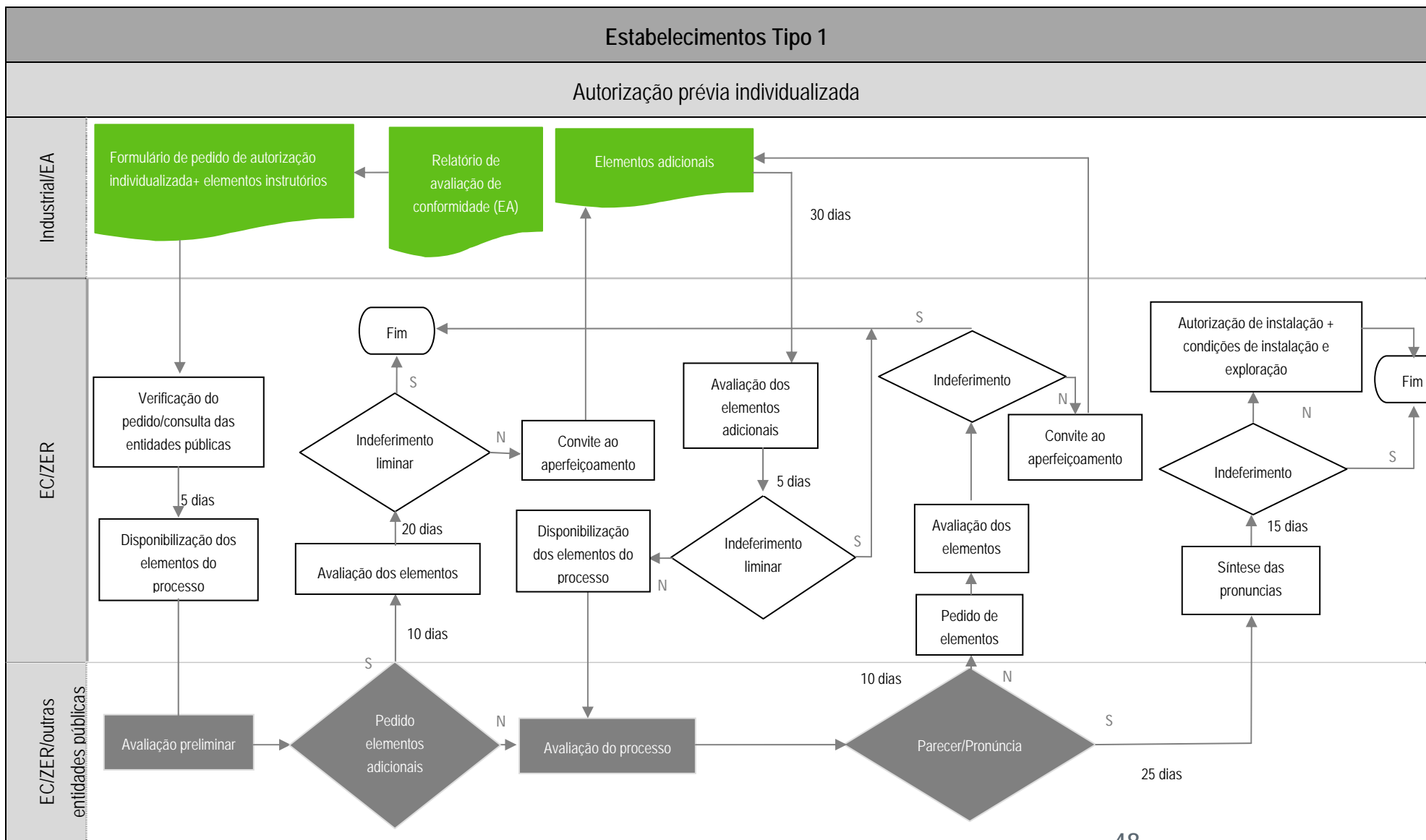
4 - Implementar medidas administrativas e organizativas – como por exemplo formação aos trabalhadores, rotatividade dos postos de trabalho de forma a repartir a carga de tarefas mais penosas, ajuste de horários, pausas.

5 - Implementar medidas de proteção individual – utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's), adequados à tarefa a desempenhar.

6. Anexos

Anexo 1

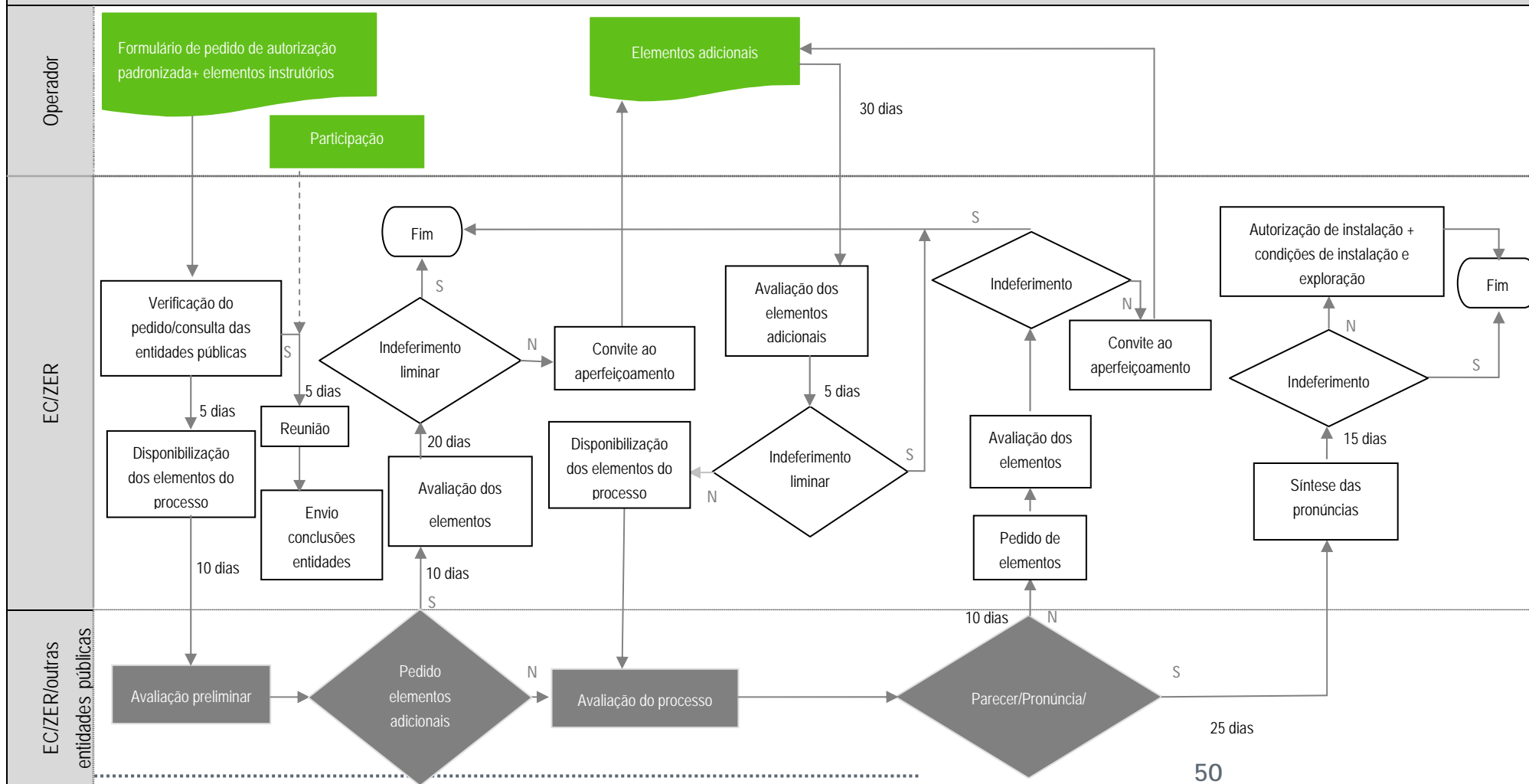
Fluxogramas

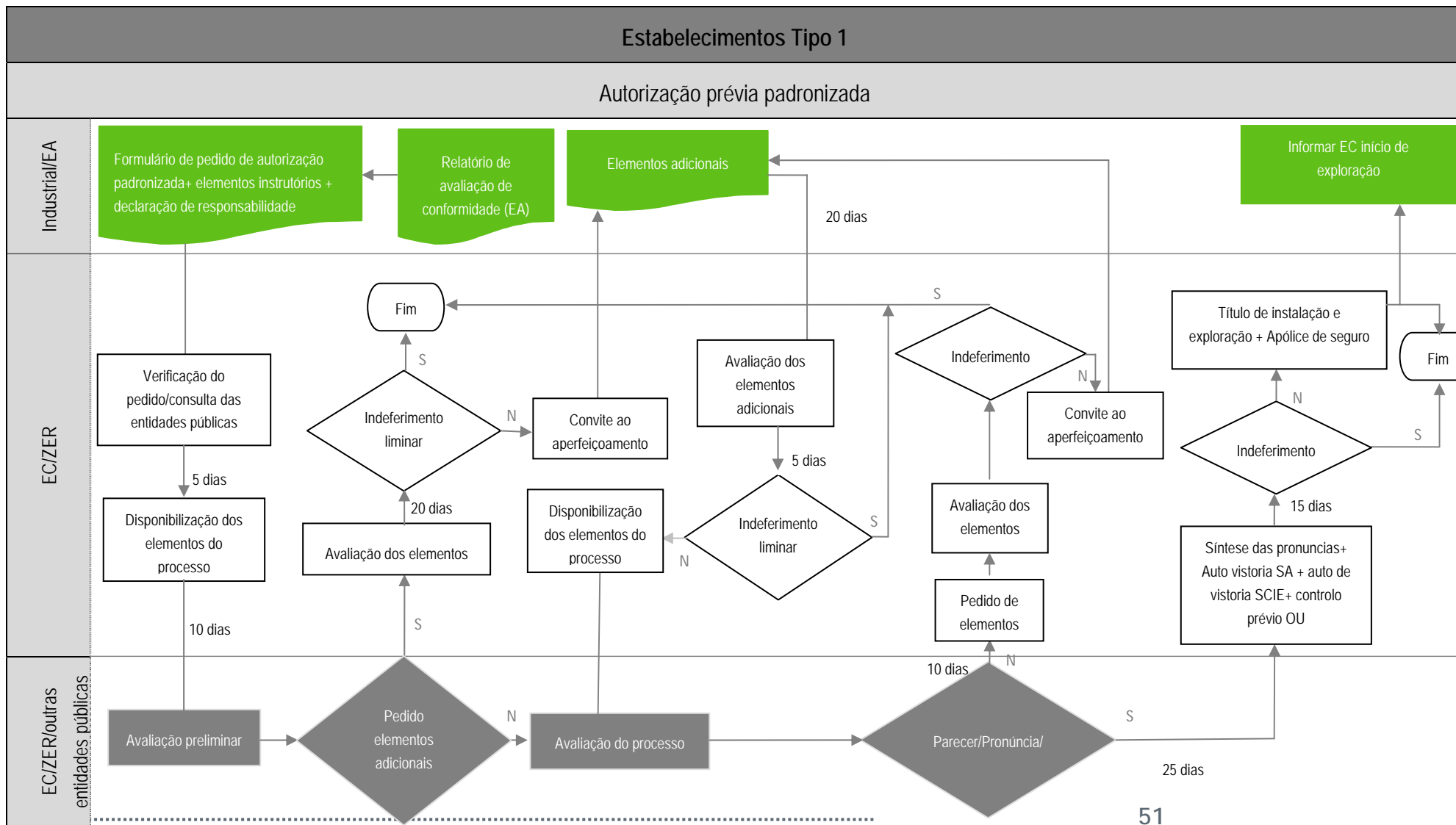




Estabelecimentos Tipo 1

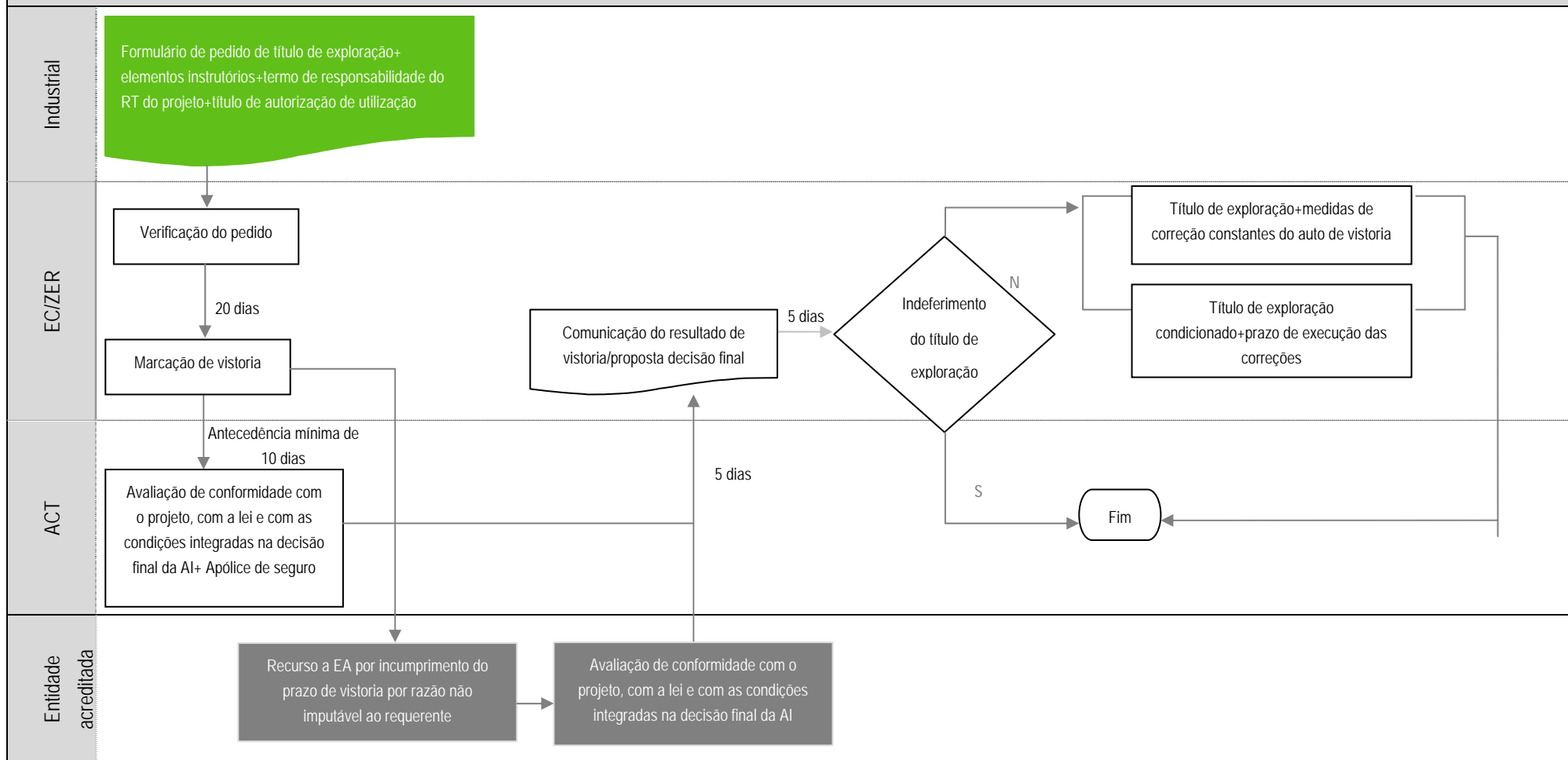
Autorização prévia individualizada (intervenção da ACT)





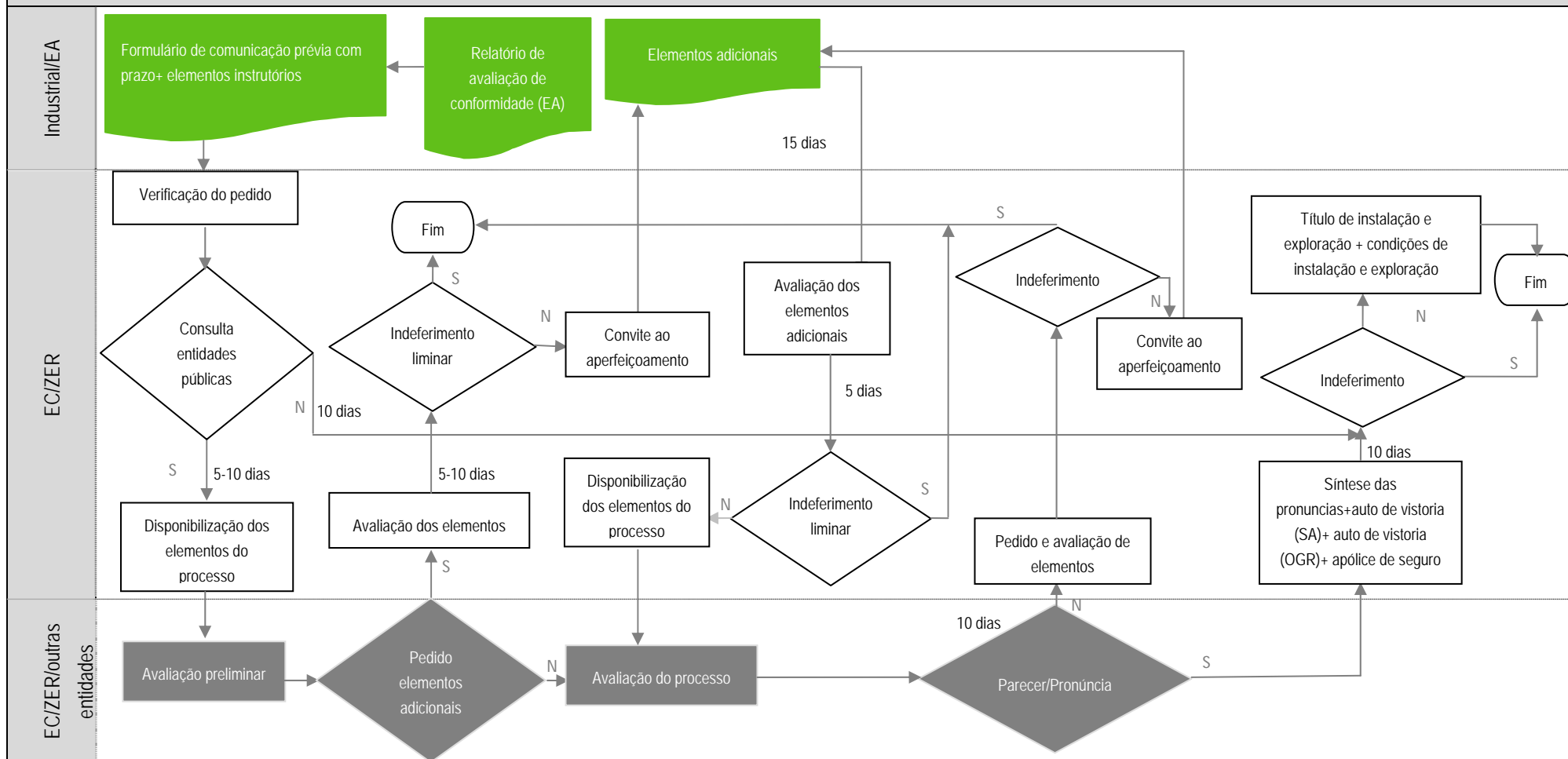
Estabelecimentos Tipo 1

Emissão de título de exploração



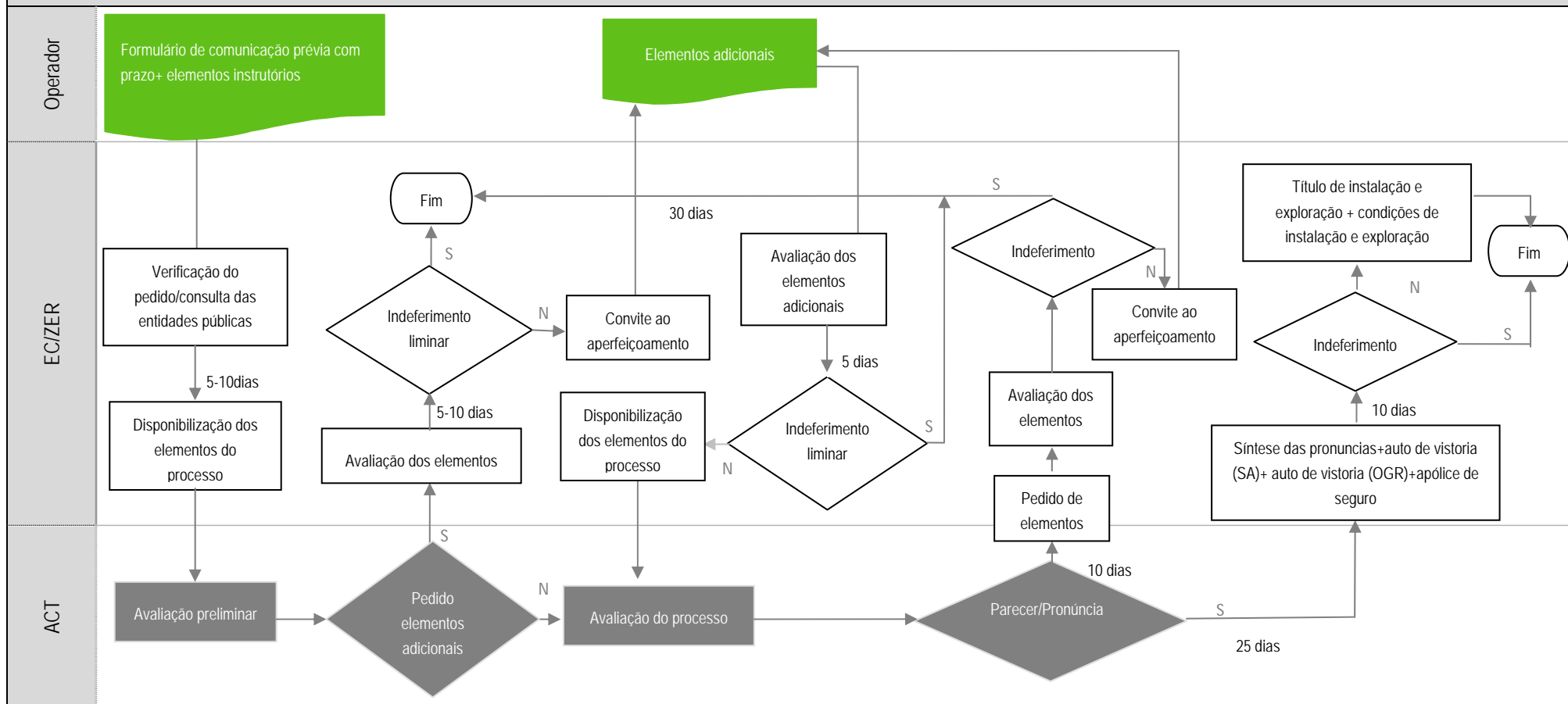
Estabelecimentos Tipo 2

Comunicação prévia com prazo



Estabelecimentos Tipo 2

Comunicação prévia com prazo (com intervenção da ACT)



Anexo 2

Listas de verificação

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Conceção do Edifício				Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 702/80 de 22 de Set - Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais –(RGSHTI) Portaria n.º 987/93 de 6 de Out – Normas Técnicas relativas às Prescrições Mínimas de Segurança e saúde nos Locais de Trabalho	
	Local de trabalho					
1	O edifício está construído de forma a assegurar as necessárias condições de estabilidade, resistência e salubridade e a garantir a segurança compatível com as características e os riscos das actividades que nele são exercidas				Art. 6º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 1, Art. 1.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out.	
2	O pé direito livre tem uma altura mínima de 3 metros				N.º1 do Art. 8º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 1 do Art. 2.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out.	
3	A área mínima por trabalhador é de 1,80 m ²				N.º 1 do Art. 8º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 1 do Art. 2.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out.	
4	A cubagem mínima de ar por trabalhador é de 11,50 m ³				N.º 4 do Art. 8º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 3 do Art. 2.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out.	
	Pavimentos					
1	O pavimento do local de trabalho é fixo, estável, antiderrapante sem inclinações perigosas saliências e cavidades*				N.º 1 do Art. 10.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out.	
2	Os pavimentos, nomeadamente os dos locais onde se fabricam, manipulam ou empregam substâncias explosivas ou inflamáveis são impermeáveis, incombustíveis e constituídos por materiais anti chispas.				N.º 1 do Art. 111º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
3	Os pavimentos, nomeadamente os dos locais onde se encontram gases, vapores ou poeiras suscetíveis de provocar explosões, são impermeáveis, incombustíveis e constituídos por materiais anti chispas.				N.º 1 do Art. 111º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os pavimentos referidos no ponto anterior têm dispositivos de escoamento suficiente para drenar a água debitada pelos meios de extinção a incêndios				N.º 2 do Art. 111º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	Os pavimentos, nomeadamente os dos locais, onde se produzem, empregam, manipulam, transportam ou armazenam substâncias tóxicas, asfixiantes, irritantes ou infetantes têm superfície lisa e impermeável com inclinação suficiente para um fácil escoamento das águas de lavagem				Art. 130º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	Os pavimentos, nomeadamente os dos locais onde se possam difundir gases, vapores ou poeiras tóxicos, asfixiantes, irritantes ou infetantes, têm superfície lisa e impermeável com inclinação suficiente para um fácil escoamento das águas de lavagem				Art. 130º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
7	As aberturas nos pavimentos estão protegidas com resguardos fixos e resistentes				N.º 1 do Art. 12º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Paredes e tetos					
1	As paredes são lisas, de fácil limpeza e revestidas ou pintadas de cores claras não brilhantes**				N.º 2 do Art. 9º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	As paredes e tetos, nomeadamente os dos locais onde se fabricam, manipulam ou empregam substâncias explosivas ou inflamáveis são incombustíveis					

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
3	As paredes e tetos, nomeadamente os dos locais onde se encontram gases, vapores ou poeiras suscetíveis de provocar explosões, são incombustíveis					
4	Nos locais de trabalho que exijam lavagens frequentes as paredes estão revestidas com materiais impermeáveis até pelo menos 1,5m de altura				N.º 3 do Art. 9º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Divisórias					
1	As divisórias transparentes ou translúcidas existentes estão assinaladas por forma a serem visíveis				N.º 3 do Art. 10.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
	Janelas e clarabóias					
1	As janelas, as clarabóias e os dispositivos de ventilação instalados têm as características que permitam o seu funcionamento em segurança				N.º 1 do Art. 11.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
2	As janelas, as clarabóias dispõem de dispositivos de controlo da incidência dos raios solares				N.º 1 do Art. 19º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	A limpeza das janelas, das clarabóias e dos dispositivos de ventilação faz-se sem perigo para os trabalhadores que executam essa tarefa				N.º 2 do Art. 11.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	

*Recomenda-se que sejam contínuos para evitar a acumulação de poeiras nas juntas e resistentes mecânica e quimicamente;

**Recomenda-se que tenham um bom isolamento térmico;

***Recomenda-se que as portas de emergência sejam corta-fogo e estejam munidas de barras anti pânico;

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Portas e portões					
1	A localização, o número, a dimensão e os materiais das portas e portões atendem ao tipo de utilização dos locais de trabalho				N.º 1 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
2	As portas e os portões de correr têm um dispositivo de segurança que os impeça de saltar das calhas o cair				N.º 2 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
3	As portas e os portões de funcionamento mecânico possuem dispositivos de paragem de emergência facilmente identificáveis e acessíveis				N.º 3 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
4	Em caso de falha de energia, as portas e os portões de funcionamento mecânico podem abrir-se automaticamente ou por comando manual				N.º 4 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
5	As portas e os portões basculantes são transparentes ou possuem painéis transparentes				N.º 5 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
6	As portas e os portões transparentes têm colocada uma marca opaca a um nível facilmente identificável pelo olhar				N.º 7 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
7	Junto aos portões destinados à circulação de veículos existem portas para peões, sinalizadas e permanentemente desobstruídas				N.º 9 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
8	As portas de emergência estão sinalizadas e dispõem de iluminação de segurança				N.º 8 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
9	As portas de emergência abrem para o exterior de forma rápida e acessível***				N.º 8 do Art. 12.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Vias de circulação/ escadas (incluindo as de emergência)					
1	As vias de circulação incluindo escadas fixas permitem a circulação fácil e segura das pessoas				N.º 1 do Art. 13.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
2	A largura mínima das vias de circulação e escadas é de 0,90m				Art. 56.º do regulamento técnico de SCIE, aprovado pela Portaria n.º 1532/2008 de 29/12, e o art.13.º e 4.º do seu anexo I	
3	As vias de circulação destinadas a veículos estão distanciadas das portas, dos portões, das passagens para peões, dos corredores e das escadas de modo a não constituírem risco para os seus utilizadores				N.º 3 do Art. 13.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
4	As vias de circulação destinadas a pessoas têm iluminação adequada e piso não escorregadio ou antiderrapante				N.º 5 do Art. 13.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
5	Havendo risco de queda em altura as vias de circulação possuem resguardos laterais com a altura mínima de 0,90m e rodapés com a altura mínima de 0,14m				N.º 1 do Art. 12.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 6 do Art. 13.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
6	Os intervalos entre máquinas, instalações e materiais têm uma largura de, pelo menos, 0,60m				N.º 4 do Art. 10.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
7	As escadas possuem corrimão não interrompido nos patamares				N.º 2 do Art. 13.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
8	Os degraus têm piso antiderrapante ou dispõem de tiras abrasivas junto ao bordo				N.º 3 do Art. 14.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
9	As escadas e as passarelas rolantes estão equipadas com dispositivos de segurança e de paragem de emergência, acessíveis e facilmente identificáveis				Art. 14.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Cais e rampas					
1	Os cais e as rampas de carga são adequados à dimensão das cargas neles movimentados e permitem a circulação fácil e segura das pessoas				N.º 1 do Art. 15.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
2	Os cais de carga têm pelo menos uma saída ou, quando o seu comprimento for superior a 25m, uma saída em cada extremidade				N.º 2 do Art. 15.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
	Instalações sociais-					
	Instalações sanitárias e vestiários					
1	As instalações sanitárias são separadas, ou de utilização separada, por sexo e em número suficiente				N.º 1 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 1 do Art. 20.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
2	As instalações sanitárias não comunicam directamente com os locais de trabalho				N.º 1 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	São bem iluminadas e ventiladas				N.º 1 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	O pavimento é revestido de material resistente, liso e impermeável, inclinados para ralos de escoamento providos de sifões hidráulicos				N.º 1 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	As paredes são de cor clara e revestidas de azulejo ou outro material impermeável até, pelo menos, 1,5m de altura				N.º 1 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	Existem lavatórios, retretes e urinóis em número suficiente*				N.º 2 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev Art. 19.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	

*-1 lavatório fixo por cada grupo de 10 trabalhadores que cessem simultaneamente o trabalho;

-1rete e 1 urinol por cada grupo de 25 homens que cessem simultaneamente o trabalho;

-1 reteste por cada grupo de 15 mulheres que cessem simultaneamente o trabalho;

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
7	As retretes estão instaladas em compartimentos com as dimensões mínimas de 0,80m de largura por 1,30m de profundidade, com tiragem de ar direta para o exterior e com porta independente a abrir para fora provida de fecho				N.º 3 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 2 do art. 20.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
8	As divisórias que não forem inteiras devem ter a altura mínima de 1,80m (do pavimento ao teto), e o espaço livre junto ao pavimento, caso exista, não pode ser superior a 0,20 m.				N.º 3 do art. 20.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
9	Os urinóis dispõem de dispositivos de descarga de água e estão separados por baias laterais distantes entre si de pelo menos 0,60 m				N.º 3 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
10	Os lavatórios são providos de sabão não irritante e de toalhas individuais de papel ou dispositivo de secagem de mãos				N.º 3 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
11	Sempre que se justifique, existem chuveiros em número suficiente*				N.º 2 do Art. 139º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev Art. 19.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
12	No caso de haver mais de 25 trabalhadores, a área ocupada pelos vestiários, chuveiros e lavatórios, deverá corresponder, no mínimo, a 1 m ² por trabalhador				N.º 3 do Art. 18.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
13	Os vestiários estão situados em salas próprias, em comunicação directa com as cabinas de chuveiro e os lavatórios, e separados, ou de utilização separada, por sexos				N.º 1 do Art. 140º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 1 do art. 18.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	

*1 cabine de banho com chuveiro por cada grupo de 10 indivíduos que cessem simultaneamente o trabalho; Devem estar instaladas em local próprio, separado do das retretes e dos urinóis, ter antecâmara de vestir com cabide e banco, dispor de água fria e quente, ter piso antiderrapante e ser providas de portas.

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
14	Os vestiários dispõem de armários individuais munidos de fechadura ou cadeado*				N.º 2 do Art. 140º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 2 do Art. 18.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
15	Não sendo necessários vestiários, cada trabalhador dispõe de um outro espaço destinado à arrumação da sua roupa e objetos de uso pessoal				N.º 5 do Art. 18.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
16	O esquentador, está instalado fora das instalações sanitárias, em local ventilado e com exaustão de gases e fumos para o exterior				N.º 3 do Art. 87º do DL n.º 650/75 de 18 de Nov	
17	Os trabalhadores expostos a substâncias tóxicas, irritantes ou infetantes dispõem de armários duplos, de forma a permitir a separação das roupas de uso pessoal e de trabalho				N.º 3 do Art. 140º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 4 do art. 18.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
	Refeitórios/locais de descanso					
1	Os estabelecimentos que empreguem 50 ou mais trabalhadores e aqueles em que lhe seja autorizado tomarem as suas refeições dispõem de uma sala destinada exclusivamente a refeitório, com meios próprios para aquecer a comida, não comunicando directamente com locais de trabalho, instalações sanitárias ou locais insalubres*				N.º 1 do Art. 141º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Na vizinhança dos refeitórios existem lavatórios em número suficiente				N.º 3 do Art. 141º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

*Dimensões mínimas em função do número máximo de pessoas que possam utilizar simultaneamente:

18,5 m² até 25 trabalhadores;
18,5 m² + 0,65m² por pessoa a mais, entre 26 e 74 trabalhadores;
50m² + 0,55m² por pessoa a mais, entre 75 e 149 trabalhadores;
92 m² + 0,50 m² por pessoa a mais, entre 150 e 499 trabalhadores;
225m² + 0,40 m² por pessoa a mais, para 500 ou mais trabalhadores;

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
3	A superfície do refeitório está de acordo com a legislação em vigor				N.º 2 do Art. 141.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os refeitórios são providos de bancos ou cadeiras e mesas em número suficiente				N.º 3 do Art. 141.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	Se a segurança ou a saúde dos trabalhadores o exigir, existe um local de descanso facilmente acessível*				N.º 1 do Art. 16.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
6	O local de descanso tem mesas e cadeiras, em número correspondente ao máximo de trabalhadores que podem utilizá-los ao mesmo tempo.					
7	Os trabalhadores dispõem de água potável em quantidade suficiente e em locais facilmente acessíveis**				Art. 134.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Material de primeiros socorros					
1	Existe material de primeiros socorros de fácil acesso e devidamente sinalizado				Art. 138-A.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev N.º 3 do art. 21.º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
	Armazenagem					Ver lista de verificação Armazenagem
1	Os locais de armazenagem de material seco a granel dispõem de superfícies resistentes e com área suficiente para evitar armazenagem em altura				Art. 86.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Estão previstas vias de circulação para veículos e zonas para carga e descarga dos produtos				Art. 86.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

*Dimensões mínimas em função do número máximo de pessoas que possam utilizar simultaneamente:

18,5 m² até 25 trabalhadores;
18,5 m²+ 0,65m² por pessoa a mais, entre 26 e 74 trabalhadores;
50m² + 0,55m² por pessoa a mais, entre 75 e 149 trabalhadores;
92 m² + 0,50 m² por pessoa a mais, entre 150 e 499 trabalhadores;
225m² + 0,40 m² por pessoa a mais, para 500 ou mais trabalhadores;

**Recomenda-se a instalação de bebedouros de jato ascendente ou um sistema equivalente

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
3	O material seco a granel, quando possível, é armazenado em silos construídos com materiais resistentes ao fogo, cobertos, munidos de sistema de ventilação eficaz e que permitam a descarga pelo fundo				N.º1 e2 do Art. 87º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os líquidos estão armazenados em reservatórios situados acima do solo ou em fossas				N.º2 do Art. 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	Nos reservatórios situados acima do solo estão previstas tinas de retenção para recolha de eventuais derrames				N.º3 do Art. 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	Existem locais de armazenagem no exterior dos edifícios para a colocação de botijas de gás sob pressão, com cobertura ligeira, boa ventilação e dotados de dispositivos para evitar a sua queda				Art. 34º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
7	A armazenagem dos produtos ou substâncias inflamáveis, perigosos, tóxicos ou infetantes, respeitam a sua incompatibilidade				N.º5 do Art. 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
8	A armazenagem dos produtos ou substâncias inflamáveis, perigosos, tóxicos ou infetantes é efetuada em compartimento próprio não comunicando diretamente com os locais de trabalho				Art. 36º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
9	As zonas de armazenagem de produtos perigosos têm sistemas de ventilação eficiente, estão fechadas hermeticamente, dispõem de instalação elétrica blindada e antideflagrante e de sistemas de deteção e/ou extinção automática de incêndios				Artigos 35º, 36º e 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
Instalações Elétricas						
1	A conceção, a realização e o material de instalação elétrica obedecem a disposições regulamentares em vigor				Art. 94º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	Ver lista de verificação Instalações elétricas

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Locais Técnicos					
1	Os compressores que produzem ruído e vibrações estão instalados em locais isolados dos postos de trabalho				Art. 26º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Os compressores estão colocados em maciços anti vibratórios				Art. 26º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	Os recipientes sob pressão estão instalados em locais isolados das restantes áreas de trabalho.				Art. 93º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os recipientes sob pressão estão instalados em local com espaço suficiente para manutenção quotidiana e para possíveis reparações				Art. 93º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	Os locais onde estão instalados os recipientes sob pressão têm uma boa ventilação e iluminação				Art. 93º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	Os pavimentos adjacentes aos fornos e estufas, as plataformas, os passadiços e escadas de acesso são construídos de materiais incombustíveis e resistentes ao fogo				N.º1 do Art. 90º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
7	As paredes e partes exteriores dos fornos e estufas estão isoladas termicamente ou protegidas de contacto accidental				N.º2 do Art. 90º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
8	As instalações frigoríficas estão convenientemente iluminadas e dispõe de espaço suficiente para a inspeção e a manutenção dos condensadores				N.º2 do Art. 91º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
9	As portas das câmaras frigoríficas possuem fechos que permitam a sua abertura tanto do exterior como do interior				N.º3 do Art. 91º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 1 – Instalações – Orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
10	As portas das câmaras frigoríficas, que possuam fechaduras, devem ter dispositivos de alarme, acionáveis no interior das câmaras				N.º3 do Art. 91º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
11	Os locais destinados a operações de soldadura não estão localizados na proximidade de materiais combustíveis ou instalações suscetíveis de libertar poeiras, vapores ou gases explosivos ou inflamáveis				N.º1 do Art. 95º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
12	Estão previstas paredes ou anteparos, fixos ou móveis, de forma a impedir que as radiações nocivas atinjam outros locais de trabalho				N.º2 do Art. 95º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
13	Os locais destinados a operações de soldadura estão dotados de sistemas de aspiração de gases e fumos				N.º4 do Art. 95º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
14	A pintura é efetuada em cabinas adequadas, dotadas de sistema de aspiração de gases e / ou poeiras				Art. 106º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
15	A instalação elétrica dos locais de pintura é blindada e anti-deflagrante				Artigos 94º e 114º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Nota: A partir da data de entrada em vigor do regime jurídico de SCIE, aprovado pelo Dec-Lei.º 220/2008 de 12 de novembro, encontram-se tacitamente revogadas todas as normas constantes do Regulamento Geral de Segurança e higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais, aprovado pela Portaria n.º 53/71, de 3 de fevereiro, alterada pela portaria n.º 702/80, de 22 de setembro, contrárias às normas constantes da Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro.

Lista de verificação 2 – Armazenagem

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Armazenagem				Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 702/80 de 22 de Set - Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais – (RGSHTI)	
	Vias de passagem					
1	Existem vias de circulação para pessoas e veículos				Art. 10º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	As vias de circulação estão desimpedidas e devidamente sinalizadas				Art. 10º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Iluminação					
1	O local de armazenagem dispõe de iluminação natural ou artificial adequada				Art. 18º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Ventilação					
1	Dispõe de boas condições de ventilação				Art. 22º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Meios de combate a incêndios					
1	Está dotado de equipamento adequado para extinção de incêndios em perfeito estado de funcionamento				Art. 30º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	O equipamento para extinção de incêndios está situado em local acessível e convenientemente assinalado				Art. 30º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Arrecadação de substâncias explosivas					
1	As substâncias explosivas estão guardadas de acordo com os regulamentos especiais em vigor				Art. 32º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Armazenagem de líquidos inflamáveis com ponto de inflamação inferior a 21°C					
1	Os líquidos inflamáveis com o ponto de inflamação inferior a 21°C, que não excedam 20 litros, são depositados em recipientes aprovados pela entidade competente				N.º 1 do Art. 33º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Em quantidades limitadas, acima de 20 litros, fixadas pela entidade competente, estão depositados em recipientes fechados, resistentes ao fogo e isolados do resto do edifício				N.º 2 do Art. 33º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	Quando em grandes quantidades, os líquidos inflamáveis com ponto de inflamação inferior a 21°C estão colocadas em edifícios isolados, de construção resistente ao fogo, ou em reservatórios, de preferência subterrâneos				N.º 3 do Art. 33º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	A alimentação dos diferentes pontos da fábrica é efectuada por meio de condutas				N.º 3 do Art. 33º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	São tomadas medidas eficazes de forma a impedir a fuga de tais líquidos para caves, poços ou canalizações de esgoto				N.º 3 do Art. 33º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Armazenagem de gases comprimidos					
1	As garrafas contendo gases comprimidos depositadas ao ar livre estão protegidas contra as variações excessivas de temperatura, raios solares directos ou humidade persistente				N.º 1 do Art. 34º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
2	Quando as garrafas estão depositadas no interior dos edifícios, o espaço reservado está isolado por divisórias resistentes ao fogo e ao calor				N.º 2 do Art. 34º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	As garrafas não estão depositadas próximo de substâncias muito inflamáveis ou que ofereçam perigo ou explosão				N.º 2 do Art. 34º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Armazenagem de sólidos inflamáveis					
1	A armazenagem de matérias sólidas inflamáveis é feita de acordo com os regulamentos especiais aprovados pela entidade competente				Art. 35º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Armazenagem de materiais inflamáveis utilizados em embalagem					
1	Quando em grandes quantidades, as aparas de madeira e todos os materiais inflamáveis utilizados em embalagens estão armazenados em edifícios isolados ou em compartimentos incombustíveis ou revestidos de metal, com portas igualmente revestidas de metal				N.º 1 do Art. 36º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Estes locais não possuem aberturas munidas de vidros ou materiais transparentes que permitam a incidência directa dos raios solares				N.º 1 do Art. 36º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	Quando em pequenas quantidades, estes materiais estão depositados em caixas metálicas ou revestidas de metal, munidas de coberturas de fecho automático				N.º 2 do Art. 36º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Aparelhos e meios de elevação transporte e armazenagem					
	Construção e conservação					
1	Todos os elementos da estrutura, mecanismo, fixação e acessórios dos aparelhos de elevação possuem uma boa construção, com materiais apropriados e resistentes				Art. 62º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	São mantidos em bom estado de conservação e funcionamento				Art. 62º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Disposições relativas aos mecanismos principais					
1	Os tambores e roldanas dos aparelhos de elevação e transporte por tracção possuem as sedes dos cabos com dimensões e perfis que permitam o livre enrolamento dos cabos				N.º 1 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	As extremidades dos cabos são amarradas no interior dos tambores e ficam, em fim de curso, com duas voltas completas de cabo enroladas no tambor				N.º 2 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	Existem dispositivos que impeçam a fuga dos cabos das sedes dos tambores durante o seu funcionamento normal				N.º 3 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os ganchos dos aparelhos de elevação possuem dispositivos de segurança que impeçam a fuga do cabo de suspensão				N.º 4 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
5	Os aparelhos de elevação accionados electricamente são equipados com limitadores de elevação que cortem automaticamente a corrente quando a carga ultrapassar o limite superior do curso que lhe está fixado				N.º 5 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	Os guinchos dos aparelhos de elevação são concebidos para que a descida das cargas se faça com o motor embraiado e não em queda livre				N.º 6 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
7	Todos os aparelhos têm freios calculados e instalados de forma a poder suportar eficazmente uma carga que atinja, pelo menos, uma vez e meia a carga autorizada				N.º 7 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
8	Os órgãos de comando estão colocados em locais de fácil acesso				N.º 8 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
9	Os órgãos de comando indicam claramente as manobras a que se destinam e são protegidos contra accionamento acidental				N.º 8 do Art. 63º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
Equipamento eléctrico						
1	O equipamento eléctrico dos aparelhos de elevação é estabelecido e conservado de acordo com as disposições do regulamento de segurança das instalações de utilização de energia eléctrica				Art. 64º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
Carga máxima admissível						
1	Cada aparelho de elevação accionado mecanicamente possui de forma bem visível, a indicação de carga máxima admissível				Art. 65º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Esta é fixada junto do condutor, assim como na parte inferior do aparelho				Art. 65º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Disposições relativas à instalação					
1	A estabilidade e a ancoragem de gruas e pontes rolantes trabalhando ao ar livre são asseguradas tendo em conta as fortes pressões do vento, as condições locais e as solicitações mais desfavoráveis resultantes das manobras de carga				N.º 1 do Art. 66º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	As extremidades dos caminhos de rolamento e aparelhos de elevação sobre carris possuem dispositivos de paragem				N.º 2 do Art. 66º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	As gruas sobre carris são instaladas de forma a manter espaço livre suficiente entre a sua parte mais alta e as construções situadas acima, entre qualquer das suas partes e paredes e outras gruas que circulem em vias de rolamento paralelas				N.º 3 do Art. 66º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Manutenção de cargas					
1	A elevação de cargas efectua-se verticalmente, a fim de evitar oscilações				N.º 1 Artigo 69º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Quando for necessária uma elevação oblíqua, são observadas as precauções convenientes				N.º 1 Artigo 69º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	As cargas são içadas, arreadas ou removidas de forma a evitar choques bruscos				N.º 2 Artigo 69º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os recipientes destinados a içar ou arrear ferramentas ou materiais soltos são concebidos de maneira a que nenhum dos objectos transportados possa cair				N.º 3 Artigo 69º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
5	A elevação é precedida da verificação da correcta fixação dos cabos ou outras amarras às cargas para que estas mantenham o bom equilíbrio e não haja perigo para outros trabalhadores				N.º 4 Artigo 69º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	Durante a elevação, transporte horizontal e descida das cargas suspensas os sinaleiros dirigem a manobra de forma que as cargas não batam em qualquer objecto				N.º 5 Artigo 69º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
7	Os condutores dos aparelhos de elevação evitam, tanto quanto possível, transportar as cargas por cima dos trabalhadores e dos locais onde eventualmente a queda possa constituir perigo				N.º 6 Artigo 69º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
Construção e instalação						
1	Os elementos carregadores dos transportadores são suficientemente resistentes para suportarem com segurança as cargas previstas				N.º 1 Artigo 70º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	O conjunto do mecanismo de transporte é construído de forma a evitar o risco de esmagamento entre os órgãos móveis e entre estes e os objeto fixos				N.º 2 Artigo 70º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
Passadiços e plataformas						
1	Os transportes aéreos são providos de passadiços ou plataformas em todo o seu comprimento				Artigo 71º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Estes passadiços têm, pelo menos, 0,45 m de largura e dispõem, de ambos os lados, de guarda-corpos e rodapés				Artigo 71º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Pavimentos					
1	Os pavimentos dos passadiços ao longo dos transportadores e das plataformas nos postos de carregamento e descarga são antiderrapantes				Artigo 72º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	O escoamento dos pavimentos está assegurado de forma conveniente				Artigo 72º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	Em casos de perigo de explosão os pavimentos são anti-chispa				Artigo 72º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Protecções					
1	Os passadiços dos transportadores aéreos, e os transportadores que, não sendo completamente fechados, estejam situados em fossas ou ao nível do pavimento estão protegidos por guarda-corpos e rodapés adequados				N.º 1 Artigo 73º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Nos transportadores, que não são completamente fechados e passem por cima de locais de trabalho ou de passagem, estão instalados protectores feitos de chapa ou rede metálica para reterem qualquer material ou objecto susceptível de cair				N.º 2 Artigo 73º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	As correias, cadeias, engrenagens e árvores motoras, cilindros, tambores ou carretos dos mecanismos dos transportadores estão protegidos				N.º 3 Artigo 73º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Dispositivos de comando					
1	Os transportadores accionados mecanicamente estão munidos, nos postos de carga e descarga e nos pontos onde se efectue o accionamento mecânico e a regulação das tensões, de dispositivos que permitam travar os motores em caso de emergência				N.º 1 Artigo 74º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Os transportadores que elevem as cargas segundo um plano inclinado são providos de dispositivos mecânicos de travagem automática, no caso de corte accidental da força motriz				N.º 2 Artigo 74º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Conservação					
1	Lubrificações, afinações e reparações são efectuadas com os mecanismos completamente parados				N.º 1 Artigo 77º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Os transportadores são inspeccionados periodicamente, a fim de se manterem em bom estado				N.º 2 Artigo 77º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Carros de transporte manual e carros de mão					
1	Os carros de transporte manual e os carros de mão são projectados, construídos e utilizados tendo em atenção a segurança do seu comportamento em serviço				N.º 1 Artigo 78º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	São adequados para o transporte a efectuar				N.º 1 Artigo 78º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	As rodas são de borracha ou material com características equivalentes				N.º 2 Artigo 78º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
4	Os carros manuais são dotados de travões quando utilizados em rampas ou superfícies inclinadas				N.º 3 Artigo 78º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	As pegas ou varões de empurrar dispõem de guardamãos				N.º 5 Artigo 78º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Carros de transporte mecânico, tratores e empilhadores					
1	Os carros de transporte mecânico são projectados, construídos e utilizados tendo em atenção a segurança do seu comportamento em serviço				N.º 1 Artigo 78º-A da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	São dotados de dispositivos de comando e sinalização adequados				N.º 1 Artigo 78º-A da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	Os comandos de arranque, aceleração, elevação e travagem reúnem condições que impeçam movimentos involuntários				N.º 2 Artigo 78º-A da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os veículos dispõem de cabina de segurança				N.º 3 Artigo 78º-A da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	A indicação da capacidade de carga a transportar está afixada em local bem visível				N.º 4 Artigo 78º-A da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Vias de rolamento e vias-férreas					
1	Os caminhos no interior das fábricas são concebidos com o fim de reduzir os riscos resultantes do tráfego, tendo em conta os tipos de veículos, o espaço disponível e a localização de outras vias de trânsito				N.º 1 Artigo 79º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
2	As vias de rolamento de carros estão dispostos de maneira a evitar ângulos e curvas bruscas, rampas muito inclinadas, passagens estreitas e tectos baixos				N.º 2 Artigo 79º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Elevação e transporte de materiais					
1	São utilizados meios técnicos apropriados na carga, descarga, circulação, transporte e armazenagem de materiais de modo a evitar, quanto possível, os esforços físicos				N.º 1 Artigo 85º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Os trabalhadores encarregados do manuseamento dos materiais são instruídos da forma a elevar e transportar cargas com segurança				N.º 1 Artigo 85º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	Quando são elevados ou transportados objectos muito pesados por uma equipa de trabalhadores, a elevação e a deposição das cargas são comandadas de forma a manter a unidade da manobra e a segurança das operações				N.º 2 Artigo 85º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os trabalhadores ocupados na manutenção de objectos que mostrem arestas vivas, rebarbas, falhas ou outras saliências perigosas, ou na manutenção de matérias escaldantes, cáusticas ou corrosivas, têm à sua disposição e utilizam equipamento de protecção apropriado				N.º 3 Artigo 85º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Empilhamento de materiais					
1	O empilhamento de materiais é efectuado de forma a oferecer segurança				N.º 1 do Artigo 86º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Os materiais estão empilhados sobre bases resistentes				N.º 1 do Artigo 86º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	O seu peso não excede a sobrecarga prevista para os pavimentos				N.º 1 do Artigo 86º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
4	Os materiais empilhados estão devidamente afastados das paredes ou divisórias dos edifícios				N.º 1 do Artigo 86º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	A altura do empilhamento dos materiais não compromete a estabilidade da pilha				N.º 1 do Artigo 86º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	O empilhamento dos materiais não prejudica a conveniente distribuição da luz natural ou artificial				N.º 2 do Artigo 86º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
7	O empilhamento dos materiais não prejudica o bom funcionamento das máquinas ou de outras instalações				N.º 2 do Artigo 86º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
8	O empilhamento dos materiais não prejudica a circulação nas vias de passagem e o funcionamento eficaz dos equipamentos ou do material de luta contra incêndios				N.º 2 do Artigo 86º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Armazenagem de materiais secos a granel					
1	Os materiais secos a granel são quanto possível, armazenados em silos que permitam a sua descarga pelo fundo				N.º 1 do Artigo 87º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	Os silos são construídos de materiais resistentes ao fogo, cobertos e munidos de sistema de ventilação eficaz				N.º 2 do Artigo 87º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	As operações de manutenção são efectuadas com toda a segurança para os trabalhadores				N.º 3 do Artigo 87º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
	Armazenagem de líquidos perigosos					
1	A armazenagem de líquidos inflamáveis ou combustíveis em reservatórios foi submetida à autorização da entidade competente				N.º 1 do Artigo 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
2	A armazenagem de líquidos perigosos ininflamáveis é feita em reservatórios situados acima do solo ou fossas, dotados de dispositivos necessários para garantir a sua manutenção segura				N.º 2 do Artigo 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
3	A armazenagem de líquidos inflamáveis contidos em tambores ou barris no interior de fábricas ou pequenos entrepostos é feita em compartimentos especiais, construídos com materiais resistentes ao fogo, com pavimento impermeável, inclinado e drenado para bacia coletora não ligada a esgoto				N.º 3 do Artigo 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 2 – Armazenagem (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
4	Os tambores ou barris estão dispostos sobre plataformas elevadas em relação ao pavimento				N.º 3 do Artigo 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
5	Os barris ou garrações que contenham ácidos são arrumados em locais frescos				N.º 4 do Artigo 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	Os produtos e materiais susceptíveis de reagirem entre si são conservados em locais distanciados e adequadamente isolados uns dos outros				N.º 5 do Artigo 88º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	

Lista de verificação 3 – Instalações Elétricas

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Geral				Dec-Lei.n.º 226/2005 de 28 de dezembro	
1	É feita uma verificação periódica da instalação elétrica					
2	A instalação eléctrica não comporta risco de incêndio ou explosão					
	Proteção das pessoas contra os contactos diretos				Portaria n.º 949-A/2006 de 29 de dezembro	
1	Existem condutores sem isolamento suscetíveis de originar um contacto					
2	Existe uma proteção complementar constituída por dispositivo diferencial					
3	Está prevista a utilização de tensão reduzida de segurança sempre que necessário					
	Proteção das pessoas contra os contatos indiretos					
1	As instalações dispõem de sistema de corte automático, sensível à tensão de defeito (disjuntor diferencial)					
2	A instalação elétrica possui circuito de terra					
3	Está prevista a utilização de tensão reduzida de segurança sempre que necessário					
4	Está prevista a utilização de ligações equipotenciais					
5	São utilizados equipamentos com duplo isolamento					

Lista de verificação 3– Instalações Elétricas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Postos de Transformação					
1	O PT está licenciado					
2	Existe um técnico responsável pela exploração das instalações elétricas					
	Terra de Proteção Estão dotados de ligação à terra:					
1	As carcaças, revestimentos e suportes metálicos dos aparelhos					
2	As grades, redes e outros dispositivos metálicos de resguardo					
3	A ferragem de apoio e fixação					
4	Os painéis metálicos dos quadros					
5	As tubagens e condutas metálicas,					
6	A estrutura metálica dos edifícios					
7	As bainhas metálicas dos cabos de alta e baixa tensão					
8	Os circuitos de baixa tensão ou de telecomunicações, incluindo os seus limitadores de tensão					
9	Os enrolamentos secundários dos transformadores de medida em alta tensão					
10	As partes da instalação desligadas para execução dos trabalhos					
11	Os fios de guarda das linhas de alta tensão nas instalações onde o neutro esteja isolado					
12	Os para-raios de alta tensão					
	Quadros Elétricos (QE)					
1	O acesso ao quadro elétrico é acessível e está desobstruído					
2	As portas do QE estão fechadas à chave e dotadas de sinalização de aviso de perigo de eletrocussão					
3	Estão apenas acessíveis a pessoa competente					
4	Estão equipados com um disjuntor diferencial para proteção das pessoas					

Lista de verificação 3 – Instalações Elétricas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Quadros Elétricos (QE)					
5	Os aparelhos montados nos quadros elétricos estão devidamente identificados com etiquetas ou esquemas que permitam conhecer as funções a que se destinam ou os circuitos a que pertencem					
6	Os quadros estão dotados de um ligador de massa, devidamente identificado, ao qual estão ligados os condutores de proteção da instalação e a massa do quadro					
7	Possui uma chapa de características, com as indicações da tensão de serviço, a natureza e frequência da corrente para que foi construído					
	Outras estruturas					
1	Os condutores dotados de isolamento estão identificados por meio de coloração da superfície exterior do respetivo isolamento					
2	Os condutores estão isentos de emendas					
3	As tomadas e as fichas estão concebidas de forma a que não seja possível o contato direto com as partes ativas					
4	Nos locais onde se verifique a possibilidade de contato com a água, as infra-estruturas elétricas são estanques e asseguraram a proteção adequada					
5	Em locais onde haja elevado risco de incêndio ou explosão com origem elétrica, a instalação elétrica é antideflagrante					
6	As canalizações elétricas estão instaladas a mais de 3 cm de canalizações não elétricas					

Lista de verificação 3 – Instalações Elétricas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Ferramentas elétricas					
1	O interruptor só aciona o equipamento quando atuado voluntariamente					
2	Os cabos de alimentação dos equipamentos portáteis ou as extensões são de bainha dupla					
3	Os equipamentos têm duplo isolamento					
4	É verificado periodicamente o estado de conservação das ferramentas elétricas					
5	Estão previstos locais para arrumação das ferramentas elétricas					

Lista de verificação 4 - Ambiente térmico

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Ambiente térmico				Portaria nº 987/93 de 6 de outubro	
1	A temperatura e humidade das salas de convívio destinadas ao pessoal, bem como das instalações sanitárias, cantinas e instalações de primeiros socorros, estão de acordo com os fins específicos desses locais				Nº2-Art.7º	
2	As janelas, as claraboias e as paredes envidraçadas impedem uma excessiva exposição ao sol, tendo em conta o tipo de trabalho e a natureza do local de trabalho				Nº3-Art.7º	
3	Existem resguardos, fixos ou móveis, de preferência à prova de fogo, para proteger os trabalhadores contra radiações intensas de calor provocadas por tubagens, radiadores, sistemas de aquecimento ou quaisquer outras fontes nocivas de calor				Nº4-Art.7º (conjugação com art 24º ponto 3 e 4 Port 53/71)	
					Portaria nº 53/71 de 3 de fev.- art. 24, alterada pela portaria 702/80 de 22 de set.	
4	Os radiadores e tubagens de aquecimento central estão instalados por forma a que os trabalhadores não sejam incomodados pela irradiação de calor ou circulação de água quente				Nº5-Art.24º	
5	Está assegurada a proteção contra queimaduras ocasionadas por radiadores				Nº6-Art.24º	

Lista de verificação 4 - Ambiente térmico (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito normativo	Comentários
		S	N	N/A		
	Conforto térmico				ISO 7730:2005-Ergonomics of the thermal environment- Analyticaldetermination and interpretation of thermal comfort using calculation of the PMV and PPD indices and local thermal confort criteria	
1	Os espaços de trabalho foram concebidos por forma a cumprir com os valores de temperatura, velocidade do ar e humidade relativa recomendados na norma					
2	Foram tidas em conta as categorias de ambiente térmico que consideram o desconforto térmico local causado por correntes de ar, diferença vertical de temperatura do ar, temperatura do pavimento e a assimetria radiante					
3	Para efeito de cálculo dos índices PPD, PMV, foram consideradas as taxas de metabolismo referenciadas				Tabela A.5- anexo A	
4	Para efeito de cálculo dos índices PPD, PMV, foram considerados os valores de isolamento térmico do vestuário referenciadas				Tabela A.1, A.2, A.3, A.4-anexo A	
	Stress térmico- Ambientes quentes				ISO 7726-1989 Hot Environments- Estimation of the Heat Stress on working man based on WBGT-index	
1	Foram considerados os índices WBGT de referência					
2	A medição dos parâmetros para cálculo do índice obedecem aos requisitos impostos				Tabela A.5- anexo A	

Lista de verificação 4 - Ambiente térmico (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito normativo	Comentários
		S	N	N/A		
	Stress térmico- Ambientes frios				ISO 11079-2007 Ergonomics of the thermal environment — Determination and interpretation of cold stress when using required clothing insulation and local cooling effects	
1	Foi considerado o índice IREQ de referência					
2	Foi considerado o índice WCI de referência				Tabela A.5- anexo A	
	Instrumentos de medição				ISO 7726- 1998 Ergonomics of the thermal environment —Instruments for measuring physical quantities	
1	Os instrumentos de medição obedecem aos requisitos da norma				-	

Lista de verificação 5 – Ventilação

	Item em análise	Apreciação			Requisito normativo	Comentários
		S	N	N/A		
	Ventilação				Portaria n.º 987/93 de 6 de Out – Normas Técnicas relativas às Prescrições Mínimas de Segurança e saúde nos Locais de Trabalho	
1	Os locais de trabalho devem dispor de ar puro em quantidade suficiente para as tarefas a executar, atendendo aos métodos de trabalho e ao esforço físico exigido				N.º1 do Art. 6º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
2	O caudal médio de ar puro deve ser de, pelo menos, 30 a 50 m3 por hora por trabalhador				N.º2 do Art. 6º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
3	O ar puro referido nos números anteriores pode ser obtido por processos naturais ou artificiais, devendo os respetivos equipamentos ser mantidos em bom estado de funcionamento e dispor de controlo de deteção de avarias				N.º3 do Art. 6º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
4	O funcionamento das instalações de ventilação e de ar condicionado não deve expor os trabalhadores a correntes de ar nocivas e deve assegurar a rápida eliminação da poluição do ar respirável.				N.º4 do Art. 6º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
5	Os níveis de concentração de substâncias nocivas existentes no ar dos locais de trabalho não podem ultrapassar os definidos em legislação específica				N.º5 do Art. 6º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
6	Sempre que possível, a captação das substâncias referidas no número anterior deve ser feita no seu ponto de formação				N.º6 do Art. 6º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	
7	A captação que não possa ser feita nos termos previstos no número anterior deve ser obtida por outros meios, desde que seguros e eficazes				N.º7 do Art. 6º da Portaria n.º 987/93 de 6 de Out	

Lista de verificação 6 - Ruído

	Item em análise	Apreciação			Requisito normativo	Comentários
		S	N	N/A		
	Ruído				Dec.Lei nº 182/2006 de 6 de set.	
1	Estão previstas as avaliações da exposição dos trabalhadores ao ruído, feitas por entidades acreditadas ou técnicos de higiene e segurança do trabalho com título profissional e formação específica				Ponto 8- art. 4º, (avaliação feita de acordo com o Anexo I)	
2	Os equipamentos e máquinas ruidosas dispõem de elementos para redução de ruído na fonte (silenciadores, atenuadores, blocos de inércia, elementos antivibráticos)				Ponto 1-art.6º e Anexo IV	
3	Os equipamentos e máquinas ruidosas estão isolados (barreiras acústicas, encapsulamento, compartimentação dos locais)				Ponto 3-art.6º e Anexo IV	
4	Os equipamentos, máquinas ruidosas e/ou seus componentes podem ser substituídos por outros menos ruidosos				Ponto 1- Anexo IV	
5	Existe um programa de manutenção das máquinas				Ponto 1- Anexo IV	
	Ruído-Organização do trabalho					
1	A organização do trabalho tem em conta a limitação da duração e intensidade da exposição bem como os períodos de descanso adequados				Ponto 5 Anexo IV	
	Ruído-Estrutura do edifício					
1	Está previsto o isolamento sonoro dos tetos, divisórias, portas, janelas e pavimentos				Ponto 5 Anexo IV	
2	Está previsto o aumento da distância entre a fonte de ruído e a localização dos postos de trabalho				Ponto 5 Anexo IV	

Lista de verificação 6 – Ruído (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito normativo	Comentários
		S	N	N/A		
	Ruído- Equipamento de proteção individual					
1	São disponibilizados protetores auditivos com atenuação adequada				Art. 7º	

Lista de verificação 7 - Vibrações

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Vibrações				Dec.Lei nº 46/2006 De 24 de fev.	
1	Foi efetuado avaliação do risco de vibrações por entidade acreditada					
2	É repetida sempre que houver alterações significativas na instalação					
3	Se o VLE for $> 5 \text{ m/s}^2$ (transmitidas ao sistema mão-braço) e VLE for $> 1.15 \text{ m/s}^2$ (transmitidas ao corpo inteiro), a avaliação é repetida a cada 2 anos					
4	São utilizados todos os meios para reduzir este risco					
5	Foi feita uma avaliação de riscos					
6	Se o resultado do valor de ação de exposição for ultrapassado, é estabelecido um programa de medidas técnicas e organizacionais					
7	É dada formação aos trabalhadores sobre este risco					
8	Se os exames médicos indicarem lesão provocada por vibrações, a avaliação de riscos é repetida					
9	Todos os trabalhadores expostos são sujeitos a vigilância da saúde e fazem exames médicos					
10	Os registos médicos são mantidos por 30 anos após a cessação do risco					

Lista de verificação 8 – Iluminação

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Iluminação				Portaria nº 987/93 de 6 de out.	
1	Os locais de trabalho dispõe, na medida do possível, de iluminação natural adequada, ou, caso não seja possível, existe iluminação artificial, complementar ou exclusiva, que garanta idênticas condições de segurança, saúde e conforto aos trabalhadores				N.º1 e 2 do art. 8º	
2	Existe iluminação alternativa, de intensidade suficiente, nos casos em que, se houver avaria na iluminação artificial esta possa expor os trabalhadores a riscos.				N.º3 do art. 8º	
3	A iluminação artificial produz efeito estroboscópico				N.º5 do art. 8º	
4	As superfícies envidraçadas estão dotadas com dispositivos de proteção, designadamente nos locais onde ocorre encandeamento e/ou exposição excessiva ao sol.				N.º3 do art. 7º	
5	Os vidros encontram-se limpos e em boas condições de conservação.				N.º2 do art. 19º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
6	As lâmpadas possuem armaduras de proteção de modo a evitar a sua queda.				N.º2 do art. 11º	
7	Existe Iluminação de emergência que permita a sinalização apropriada dos percursos para saídas, sem possibilidade de erro.				Art. 21º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fev	
8	Existe iluminação de emergência alternativa para o caso de avaria da iluminação artificial principal.				Portaria n.º987/93, 4º - n.º6	

Lista de verificação 9 – Radiações ionizantes

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Proteção da população e trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes				Dec-Lei.º 222/2008 de 17 de nov.	
1	O limite da dose efetiva máxima ultrapassa os 50 mSv por ano				Art. 4.º	
2	São respeitados os valores limite de dose equivalente fixados?				Art. 4.º	
3	Existe a possibilidade de trabalhadoras grávidas expostas a radiação				Art. 7.º	
4	E feita a dosimetria da exposição individual				Art. 10.º	
5	A monitorização por dosimetria individual é realizada trimestralmente e por entidade licenciada				Art. 10.º	
6	São tomadas todas as medidas necessárias para que as doses recebidas pelos trabalhadores sejam tão baixas quanto possível e sempre inferiores aos limites estabelecidos				Artigos 11.º, 12.º	
7	Existem instruções de trabalho escritas adaptadas ao risco associado às fontes e às práticas desenvolvidas				Art. 12.º	
8	Estão definidas zonas controladas e/ou zonas vigiadas				Art. 12.º	
9	Existe sinalização nas zonas controladas e vigiadas				Art. 12.º	
10	É feita a monitorização dos locais de trabalho				Art. 12.º	
11	Os trabalhadores têm formação e Informação sobre os potenciais riscos que o trabalho apresenta para a saúde				Art. 12.º	
12	São utilizados dosímetros individuais pelos trabalhadores				Art. 12.º	

Lista de verificação 9 – Radiações ionizantes (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
13	São realizados exames médicos periódicos aos trabalhadores expostos a radiações				Art. 13.º	
14	Os trabalhadores têm acesso aos resultados da dosimetria individual				Art. 14.º	

Lista de verificação 10 – Radiações não ionizantes

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Radiações óticas de fontes artificiais (Radiações não ionizantes)				Lei n.º 25/2010 de 24 de fevereiro	
1	Existe algum foco de emissão de radiações eletromagnéticas (micro-ondas, infravermelhos, ultravioleta, laser)					
2	Está confinado ou blindado o foco de emissão de radiação eletromagnética				Art. 6.º	
3	O número de trabalhadores expostos está reduzido ao mínimo				Art. 6.º	
4	Os trabalhadores expostos estão afastados ao máximo do foco emissor				Art. 6.º	
5	O tempo de exposição está reduzido ao mínimo				Art. 6.º	
6	Existe sinalização para as radiações				Art. 6.º	
7	Existe programa adequado de manutenção do equipamento, do local e dos postos de trabalho				Art. 6.º	
8	São utilizados equipamentos de proteção individual para olhos e pele para minimizar a exposição a radiação infravermelha e ultravioleta				Art. 6.º	
9	São conhecidos os níveis de radiação existentes nas zonas de exposição a radiação eletromagnética				Art. 5.º	
10	São realizados exames médicos periódicos aos trabalhadores expostos a radiações				Artigos 9.º, 10.º	
11	Os trabalhadores têm formação e informação neste domínio				Art. 8.º	
12	São ultrapassados os valores limite de exposição				Art. 5.º	

Lista de verificação 10 – Radiações não ionizantes (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
13	A avaliação de riscos está registada					
14	Existem programas de manutenção dos equipamentos				Art. 6.º	

Lista de verificação 11 – Contaminantes químicos

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e saúde devido à exposição a agentes químicos				Lei n.º 25/2010 de 24 de fev.	
1	Existem agentes químicos perigosos na atividade				Artigo 7.º	
2	Caso existam, é feita a avaliação dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores				Artigo 7.º	
3	A avaliação de riscos está registada e justificada em suporte de papel ou digital				Artigo 7.º	
4	São utilizados equipamentos adequados para o trabalho com os agentes químicos				Artigo 9.º	
5	O número de trabalhadores expostos está reduzido ao mínimo				Artigo 9.º	
6	Está reduzido ao mínimo a duração e o grau de exposição aos agentes químicos				Artigo 9.º	
7	São adotadas medidas de higienização				Artigo 9.º	
8	Está reduzida ao mínimo a quantidade de agentes químicos necessários à atividade				Artigo 9.º	
9	São utilizados processos de trabalho adequados que assegurem a segurança durante o manuseamento, a armazenagem e o transporte de agentes químicos perigosos e respetivos resíduos				Artigo 9.º	
10	Existem equipamentos de proteção coletiva (ex: ventilação adequada, sistemas de exaustão,...)				Artigo 10.º	

Lista de verificação 11 – Contaminantes químicos (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
11	Os trabalhadores têm disponíveis equipamentos de proteção individual				Artigo 10.º	
12	Existem fontes de ignição que possam provocar incêndios e explosões				Artigo 11.º	
13	Existe plano de ação com medidas adequadas em situação de acidente, incidente ou emergência resultante da presença de agentes químicos perigosos no local de trabalho				Artigo 12.º	
14	É feita a medição da concentração dos agentes químicos que possam apresentar riscos para a saúde dos trabalhadores				Artigo 13.º	
15	É assegurada a vigilância da saúde dos trabalhadores				Artigo 14.º	
16	É assegurada aos trabalhadores expostos aos riscos resultantes da presença de agentes químicos no local de trabalho a informação, consulta e formação no domínio dos agentes químicos				Artigo 16.º	
17	São disponibilizadas fichas de dados de segurança				Artigo 16.º	
18	Existe sinalização de segurança adequada					
19	O conteúdo dos recipientes e das canalizações utilizados por agentes químicos perigosos está identificado de acordo com a legislação específica sobre classificação, embalagem e rotulagem de substâncias e misturas perigosas				Artigo 16.º	
20	Existe exposição ao chumbo				Artigo 17.º	
21	É feita a determinação da concentração de chumbo no ar				Artigo 19.º	

Lista de verificação 11 – Contaminantes químicos (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
22	O valor limite de exposição é ultrapassado				Artigo 20.º	
23	É feito o controlo biológico dos trabalhadores expostos				Artigo 21.º	
24	A armazenagem dos produtos químicos perigosos é feita adequadamente por forma a evitar a proximidade dos incompatíveis					
25	O local de armazenagem é ventilado					
26	Está assegurada a retenção em caso de fuga ou derrame					
27	É controlada a formação e/ou acumulação de cargas eletrostáticas no transvase de líquidos inflamáveis					
28	Existe possibilidade de formação de atmosferas explosivas				Dec-Lei nº 236/2003, de 30-09 Dec-Lei.º 112/96, de 05-08	
29	A instalação elétrica é adequada a atmosferas explosivas					
30	Operações que emanem vapores ou gases tóxicos são realizadas em áreas bem ventiladas					
31	Estão disponíveis equipamentos de proteção individual para a realização de operações com produtos perigosos					
32	Existem meios específicos para a neutralização e limpeza de derrames e/ou controle de fugas					

Lista de verificação 11 – Contaminantes químicos (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho				Dec-Lei.º 301/2000, de 18 de nov.	
1	Existem substâncias, preparações, trabalhos ou processos indicados no n.º 2 do artigo 3.º				Artigo 3.º	
2	São avaliados os riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores				Artigo 4.º	
3	É evitada ou reduzida a utilização de agentes cancerígenos ou mutagénicos, substituindo-os por outros que não sejam perigosos ou impliquem menor risco para a segurança e saúde dos trabalhadores				Artigo 5.º	
4	A produção ou utilização do agente é feita em sistema fechado				Artigo 5.º	
5	O nível de exposição dos trabalhadores é reduzido a um nível tão baixo quanto tecnicamente possível				Artigo 5.º	
6	São limitadas as quantidades do agente cancerígeno ou mutagénico, no local de trabalho				Artigo 6.º	
7	O número de trabalhadores expostos é reduzido ao mínimo?				Artigo 6.º	
8	Os processos de trabalho e as medidas técnicas são concebidos de modo a evitarem ou minimizarem a libertação de agentes cancerígenos ou mutagénicos?				Artigo 6.º	

Lista de verificação 11 – Contaminantes químicos (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
9	É feita a extração dos agentes cancerígenos ou mutagénicos na fonte através de aspiração localizada ou ventilação geral adequadas?				Artigo 6.º	
10	Os trabalhadores e seus representantes são informados sobre os riscos de exposição a este tipo de agentes?				Artigo 6.º	
11	As zonas de risco estão delimitadas?				Artigo 6.º	
12	Existe sinalização de segurança?				Artigo 6.º	
13	Existem meios seguros de recolha, armazenagem e evacuação dos resíduos pelos trabalhadores?				Artigo 6.º	
14	Estão implementadas medidas que impeçam os trabalhadores de comer, beber ou fumar nas zonas de trabalho onde haja risco de contaminação por agentes cancerígenos ou mutagénicos?				Artigo 7.º	
15	Os trabalhadores dispõem de equipamento de proteção individual adequado?				Artigo 7.º	
16	É assegurada a vigilância da saúde dos trabalhadores?				Artigo 12.º	
17	É assegurada formação adequada e suficiente aos trabalhadores?				Artigo 13.º	

Lista de verificação 12 – Atmosferas explosivas

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas no local de trabalho				Decreto lei 236/2003, de 30-09	
1	Existem áreas onde se possam formar atmosferas explosivas? (formação de gases, vapores, névoas ou poeiras combustíveis ou inflamáveis)				Art.º 5.º	
2	As áreas estão classificadas em zonas?				Arts.º 4.º, 8.º	
3	Existem fontes de ignição*, incluindo descargas elétricas?				Art.º 5.º	
4	Existem descargas eletrostáticas?				Art.º 5.º	
	As áreas estão devidamente sinalizadas?				Art.º 8.º	
5	É possível substituir as substâncias combustíveis ou inflamáveis?				Art.º 6.º	
6	Existem medidas de ventilação adequadas?				Arts.º 6.º, 7.º	
7	Existem planos de limpeza para eliminação de depósitos de poeiras perigosas?				Arts.º 6.º, 7.º	
8	São utilizados dispositivos de monitorização das concentrações de gases/vapores combustíveis ou inflamáveis?				Arts.º 6.º, 7.º	

*Exemplos de fontes de ignição

Superfícies quentes
Chamas e gases quentes
Faíscas geradas mecanicamente
Instalações elétricas
Eletricidade estática
Radiações ionizantes
Ultra sons
Reações químicas

Nota: Para mais informação consultar “Segurança e Saúde dos Trabalhadores Expostos a Atmosferas Explosivas - Guia de boas práticas”

Lista de verificação 12 – Atmosferas explosivas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
9	Existem dispositivos pára-chamas para gases, vapores e névoas?				Arts.º 6.º, 7.º	
10	Os recipientes para líquidos inflamáveis são resistentes à explosão?				Arts.º 6.º, 7.º	
11	Existem outros sistemas para evitar a propagação de explosões de poeiras?				Arts.º 6.º, 7.º	
12	Existem sistemas de controlo de processos para assegurar a manutenção, supervisão e acionamento de medidas de proteção contra explosões?				Arts.º 6.º, 7.º	
13	Existindo autoclaves de alta pressão, há muros de separação?				Arts.º 6.º, 7.º	
14	Existe manual de proteção contra explosões?				Art.º 9.º	
15	Existem instruções de trabalho escritas?				Art.º 10.º	
16	Existem autorizações de trabalho para tarefas perigosas?				Art.º 10.º	
17	O equipamento de trabalho existente é o adequado para utilizar em áreas perigosas?				Art.º 11.º	
18	O vestuário de trabalho e equipamentos de proteção individual são adequados para utilização em áreas perigosas?				Art.º 11.º	
19	Existe coordenação em situações de intervenção de várias equipas de trabalho (ex. aquando da manutenção de equipamentos, instalações)?				Art.º 13.º	
20	Os trabalhadores têm formação em matéria de proteção contra explosões?				Art.º 15.º	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Segurança máquinas e equipamentos de trabalho				Dec-Lei n.º 50/2005 de 25 de fev., Dec-Lein.º 103/2008, de 24 de jun.	
	Colocação no mercado					
1	As máquinas possuem marcação CE				N.º 2 do Art. 10º do Dec-Lein.º 103/2008, de 24 de jun.	
2	Está identificado e é legível o nome e endereço do fabricante, bem como o nº de série, designação e ano de fabrico da máquina				Anexo I pto 1.7.3 do Dec-Lein.º 103/2008, de 24 de jun.	
3	Existe declaração de conformidade CE				N.º 1 do Art. 5º do Dec-Lein.º 103/2008, de 24 de jun.	
4	A declaração CE está redigida na mesma língua que o manual de instruções original e acompanhada de uma tradução em português				Anexo II do Dec-Lein.º 103/2008, de 24 de jun.	
5	Existe um manual de instruções onde estão especificados os procedimentos para operar com a máquina e realizar a sua manutenção de forma segura.				Anexo I pto 1.7.4 do Dec-Lein.º 103/2008, de 24 de jun.	
6	O Manual de instruções está redigido numa das línguas comunitárias e acompanhado da sua tradução em português				Anexo I pto 1.7.4 .1 do Dec-Lein.º 103/2008, de 24 de jun.	
	Verificação dos equipamentos de trabalho					
1	Procedeu-se à verificação do equipamento após a sua instalação ou montagem				N.º 1 do Art.6º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Os equipamentos de trabalho têm sido sujeitos a verificações periódicas				N.º 2 do Art.6º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	Existem relatórios das verificações efetuadas				N.º 1 do Art.7º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
4	O empregador conserva os relatórios da última verificação e de outras verificações ou ensaios efetuados nos dois anos anteriores				N.º 2 do Art.7º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Requisitos mínimos de segurança dos equipamentos de trabalho					
	Sistemas de comando					
1	São claramente visíveis e identificáveis e têm, se for o caso, marcação apropriada				N.º 1 do Art.11º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Estão colocados fora das zonas perigosas				N.º2 do Art.11º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.º.	
3	No caso de se localizarem dentro da zona de perigo, o seu acionamento, por uma manobra não intencional, não ocasiona riscos suplementares				N.º2 do Art.11º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
4	A partir do posto de comando principal, é possível verificar, a ausência de pessoas nas zonas perigosas				N.º 3 do Art.11º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
5	Quando não é possível essa visualização o arranque é automaticamente precedido de um sistema de aviso seguro (sinal sonoro ou visual)				N.º3 do Art.11º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
6	Após o aviso de arranque, o trabalhador exposto dispõe de tempo e dos meios indispensáveis para se afastar imediatamente da zona perigosa				N.º4 do Art.11º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Arranque do equipamento					
1	Os equipamentos de trabalho possuem um sistema de comando que apenas permita que o arranque ou uma modificação importante do funcionamento do equipamento só seja efetuado após uma ação voluntária				N.º1 do Art.12º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Paragem de equipamento					
1	Existe um sistema de comando que permita a sua paragem geral em condições de segurança				N.º1 do Art.13º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Existe um dispositivo de paragem de emergência				N.º1 do Art.13º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	No sistema de comando a ordem de paragem tem prioridade sobre as ordens de arranque				N.º2 do Art.13º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
4	Sempre que se verifique a paragem do equipamento ou dos seus elementos perigosos, é interrompida a alimentação de energia dos seus acionadores				N.º 3 do Art.13º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Estabilidade e rotura					
1	Os equipamentos de trabalho e os respetivos elementos encontram-se devidamente estabilizados por fixação ou por outros meios				N.º 1 do Art.14º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Projeções e emanações					
1	O equipamento de trabalho possui dispositivos de segurança contra riscos devidos a quedas ou projeções de objetos				N.º 1 do Art.15º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	
2	O equipamento de trabalho possui dispositivos de retenção ou extração eficazes contra riscos devidos a emanações de gases, vapores ou líquidos				N.º 1 do Art.15º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	

Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho – orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Riscos de contato mecânico					
1	Os elementos móveis do equipamento de trabalho dispõem de protetores que impeçam o acesso às zonas perigosas ou de dispositivos que interrompam o movimento dos elementos móveis antes do acesso a essas zonas				N.º 1 do Art.16º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	
	Iluminação e temperatura					
1	As zonas e postos de trabalho ou de manutenção dos equipamentos de trabalho encontram-se convenientemente iluminados em função dos trabalhos a realizar				N.º1 do Art.17º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	As partes de um equipamento de trabalho que atinjam temperaturas elevadas ou muito baixas dispõem de proteção contra os riscos de contato.				N.º 2 do Art.17º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Manutenção do equipamento					
1	Existe livrete de manutenção				N.º 2 do Art.19º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	O livrete de manutenção encontra-se atualizado				N.º 2 do Art.19º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	As operações de manutenção efetuam-se com o equipamento de trabalho parado				N.º1 do Art.19º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
4	Não sendo possível parar o equipamento de trabalho, são tomadas medidas de proteção adequadas à execução dessas operações ou estas são efetuadas fora das áreas perigosas				N.º1 do Art.19º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Manutenção do equipamento					
	Riscos elétricos, de incêndio e explosão					
1	Os equipamentos de trabalho protegem os trabalhadores expostos contra os riscos de contato direto ou indireto com a eletricidade				Alinea a) do Art.20º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Os equipamentos de trabalho protegem os trabalhadores contra os riscos de incêndio, sobreaquecimento ou libertação de gases, poeiras, líquidos e vapores				Alinea b) do Art.20º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Sinalização de segurança					
1	Os equipamentos de trabalho encontram-se sinalizados com avisos ou outra sinalização normalizada				Art.22º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Requisitos complementares dos equipamentos móveis					
	Equipamentos que transportem trabalhadores e riscos de capotamento					
1	Os equipamentos de trabalho que transportem um ou mais trabalhadores estão adaptados de forma a reduzir os riscos de contato dos trabalhadores com as rodas/lagartas ou o seu entalamento por essas peças				N.º 1 do Art.23º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Os equipamentos de trabalho que transportam trabalhadores possuem estruturas que limitem os riscos por capotamento				N.º 2 do Art.23º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	O equipamento possui um sistema de retenção dos trabalhadores transportados que evite o risco de esmagamento entre o equipamento e o solo, em caso de capotamento				N.º 4 do Art.23º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Risco de capotamento de empilhadores					
1	O empilhador está equipado com uma estrutura que limita o risco de capotamento (ex. Cabina)				Art.25º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Equipamentos móveis automotores					
1	O equipamento dispõe de dispositivo que evite a entrada em funcionamento não autorizada				Alinea a) do N.º 1 do Art.26º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
2	Dispõe de dispositivo que assegure a travagem e imobilização de emergência em caso de avaria do dispositivo principal				Alinea c) do N.º 1 do Art.26º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	Possui dispositivo que assegure uma iluminação adequada em caso de utilização nocturna ou em local mal iluminado				Alinea e) do N.º 1 do Art.26º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	
4	Os equipamentos móveis automotores que comportem risco de incêndio estão equipados com dispositivos adequados de combate ao fogo (excepto se houver disponíveis na proximidade do local de utilização)				N.º 2 do Art.26º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
5	Os equipamentos telecomandados imobilizam-se automaticamente sempre que saem do campo de controlo				N.º 3 do Art.26º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Requisitos complementares dos equipamentos de elevação de cargas:					
	Instalação					
1	Os equipamentos estão instalados de modo a garantir a estabilidade e solidez durante a sua utilização				Alinea a) do Art.27º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	
2	Estão instalados de modo a reduzir o risco de as cargas colidirem com os trabalhadores, balancearem, bascularem ou caírem				Alinea b) do Art.27º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	
	Sinalização e marcação					
1	Os equipamentos de elevação de cargas possuem indicação da carga nominal em local bem visível				N.º 1 do Art.28º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
2	Os acessórios de elevação estão marcados de forma a que se possam identificar as características essenciais para a sua utilização com segurança				N.º 2 do Art.28º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	
3	Possui sinalização de proibição de elevação de trabalhadores				N.º 3 do Art.28º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	
Equipamentos de elevação ou transporte de trabalhadores						
1	Possuem dispositivos adequados que evitem os riscos de queda do habitáculo				N.º1 do Art.29º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev	
2	Possuem dispositivos adequados que evitem os riscos de queda do utilizador para fora do habitáculo				N.º1 do Art.29º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	Possuem dispositivos adequados que evitem os riscos de esmagamento, entalamento ou colisão do utilizador, nomeadamente os devidos a contato fortuito com objetos				N.º1 do Art.29º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
4	Possuem dispositivos adequados que garantam a segurança dos trabalhadores bloqueados em caso de acidente no habitáculo e possibilitar a sua evacuação com segurança				N.º1 do Art.29º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev..	
Utilização de equipamentos de trabalho						
1	Existe um espaço livre suficiente entre os elementos móveis e os elementos fixos circundante				Art.31º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Estão protegidos por dispositivos ou medidas adequados contra os efeitos dos raios, nos casos em que possam ser atingidos durante a sua utilização				Art.31º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
3	A energia ou qualquer substância utilizada ou produzida é movimentada ou libertada com segurança				Art.31º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Utilização de equipamentos móveis					
1	Os equipamentos de trabalho automotores são conduzidos, unicamente, por trabalhadores devidamente habilitados				N.º 1 do Art.32º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	São respeitadas as regras de circulação nas zonas de trabalho onde os equipamentos se movimentam				N.º 2 do Art.32º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	Há meios para impedir os trabalhadores de se deslocarem a pé nas zonas em que operam equipamentos de trabalho automotores				N.º 3 do Art.32º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
4	Os trabalhadores que necessitam de se deslocar a pé para executar as suas tarefas, nas zonas em que operam equipamentos de trabalho automotores, respeitam as medidas adequadas para evitar que sejam atingidos pelos equipamentos				N.º 3 do Art.32º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
5	Nos equipamentos de trabalho móveis acionados mecanicamente, os trabalhadores são transportados em lugares seguros previstos para o efeito				N.º 4 do Art.32º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
6	Os equipamentos deslocam-se a velocidade reduzida no caso de se efectuarem trabalhos durante a deslocação				N.º 5 do Art.32º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho – orientações técnicas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
7	Os equipamentos deslocam-se a velocidade reduzida no caso de se efectuarem trabalhos durante a deslocação				N.º 5 do Art.32º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
8	Os equipamentos de trabalho móveis com motor de combustão são utilizados, exclusivamente, em zonas de trabalho com atmosfera respirável suficiente				N.º 6 do Art.32º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Equipamentos de trabalho de elevação de cargas					
1	É garantida a estabilidade dos equipamentos de trabalho de elevação de cargas durante a sua utilização				N.º 1 do Art.33º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Existem procedimentos que impeçam que os trabalhadores circulem sob cargas suspensas e que estas se desloquem por cima dos locais de trabalho				N.º 4 do Art.33º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	Os acessórios de elevação de cargas são escolhidos em função das cargas a manipular, dos pontos de prensão, do dispositivo de fixação e das condições atmosféricas				N.º 5 do Art.33º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
4	Os acessórios de elevação de cargas têm em conta o modo e a configuração da lingada				N.º 5 do Art.33º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
5	Os acessórios de elevação de cargas são claramente identificáveis para que, o utilizador conheça as suas características				N.º 5 do Art.33º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
6	Os acessórios de elevação de cargas são devidamente armazenados, evitando-se a sua danificação ou deterioração				N.º 5 do Art.33º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Elevação de cargas não guiadas					
1	São tomadas medidas adequadas para evitar colisões entre cargas e outros elementos, quando existem mais de dois equipamentos de trabalho de elevação que se sobrepõem				N.º1 do Art.34º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Durante a utilização de equipamentos de trabalho móveis de elevação de cargas não guiadas são tomadas medidas para evitar o basculamento, o capotamento, a deslocação e o deslizamento dos equipamentos				N.º 2 do Art.34º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	Quando as condições meteorológicas afetam a segurança do funcionamento ao ar livre destes equipamentos a sua utilização é adiada ou interrompida e adoptam-se medidas que impeçam o seu capotamento				N.º 3 do Art.34º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Organização do trabalho na elevação de cargas					
1	As operações de elevação de cargas suspensas são vigiadas permanentemente				N.º 2 do Art.35º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Verifica-se a coordenação do operador quando a carga é elevada por mais de dois equipamentos de elevação				N.º 3 do Art.35º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	Existe um sinaleiro para dar apoio ao operador quando existe equipamento de elevação de cargas não guiadas, quando este não consegue observar o trajeto da carga				N.º 4 do Art.35º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
4	O trabalhador mantém o controlo das operações cuja carga é fixada ou libertada manualmente				N.º 5 do Art.35º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Utilização dos equipamentos de trabalho destinados a trabalhos em altura					
	Disposições gerais sobre trabalhos temporários em altura					
1	O acesso aos postos de trabalho em altura permitem a evacuação em caso de perigo iminente				N.º 5 do Art.36º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	A passagem entre meios de acesso a postos de trabalho em altura e plataformas e passadiços estão protegidas contra riscos de queda				N.º 6 do Art.36º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	Os trabalhos em altura só são realizados quando as condições meteorológicas não comprometem a segurança e a saúde dos trabalhadores				N.º 8 do Art.36º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
	Utilização de escadas					
1	São colocadas de forma a garantir a estabilidade durante a sua utilização				N.º 1 do Art.38º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	Os apoios das escadas portáteis assentam em suporte estável e resistente, de dimensão adequada e imóvel, de forma que os degraus se mantenham em posição horizontal durante a utilização				N.º 2 do Art.38º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
3	A parte superior ou inferior dos montantes encontram-se revestidos por dispositivo antiderrapante				N.º 3 do Art.38º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fevº	
4	As escadas utilizadas como meio de aceso apresentam um comprimento necessário para ultrapassar em, pelo menos, 90 cm, o nível de acesso				N.º 4 do Art.38º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
5	As escadas de enganchar com vários segmentos e as escadas telescópicas são utilizadas garantindo a imobilização do conjunto dos segmentos				N.º 5 do Art.38º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fevº	
6	As escadas móveis são imobilizadas antes da sua utilização				N.º 6 do Art.38º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
7	As escadas suspensas são fixadas de forma a evitar a sua deslocação ou balanço				N.º 7 do Art.38º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
8	Utilização de técnicas de acesso e de posicionamento por cordas					
9	A corda de trabalho a utilizar como meio de acesso e a corda de segurança a utilizar como dispositivo de socorro, encontram-se em pontos de fixação independentes				N.º 2 do Art.39º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
10	O trabalhador utiliza arneses adequados				N.º 2 do Art.39º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
11	A corda de trabalho está equipada com um mecanismo seguro de subida e descida, e de um sistema autobloqueante que impede aa queda do trabalhador				N.º 2 do Art.39º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
12	A corda de segurança está equipada com um dispositivo móvel anti-queda que acompanhe as deslocações do trabalhador				N.º 2 do Art.39º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
13	A corda de trabalho possui um assento equipado com acessórios adequados				N.º 2 do Art.39º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fevº	
14	As ferramentas e outros acessórios utilizados pelo trabalhador estão ligados ao seu arnês ou assento, ou presos de forma adequada				N.º 2 do Art.39º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
15	O trabalho está programado de modo a que o trabalhador possa ser imediatamente socorrido em caso de necessidade				N.º 2 do Art.39º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
Utilização de andaime						
1	A montagem, desmontagem ou reconversão do andaime só é realizada sob a direção de uma pessoa competente com formação específica sobre os riscos dessa operação				N.º1 do Art.40º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
Estabilidade do andaime						
1	Os elementos de apoio do andaime evitam o seu deslizamento através da fixação à superfície de apoio de dispositivo anti-derrapante				N.º1 do Art.41º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
2	A superfície de suporte do andaime tem capacidade suficiente				N.º2 do Art.41º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
3	O andaime sobre rodas possui dispositivos que impedem a deslocação acidental durante a sua utilização				N.º3 do Art.41º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	
4	As dimensões, forma e disposição das plataformas do andaime estão adequadas ao trabalho a executar e às cargas a suportar				N.º1 do Art.42º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

**Lista de verificação 13- Segurança de máquinas e equipamentos de trabalho
– orientações técnicas (cont.)**

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Plataformas do andaime					
1	As plataformas do andaime estão fixadas aos respetivos apoios de modo que não se desloquem durante a sua utilização				N.º2 do Art.42º do Dec-Lei nº 50/2005, de 25 de Fev.	

Lista de verificação 14- Quedas em altura

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Quedas em Altura - Avaliação dos riscos e das medidas de prevenção/seleção, utilização e manutenção do equipamento				Lei nº102/2009 de 10 de set.	
1	Avaliou os riscos dos trabalhos em altura				Art. 15º	
2	Teve em consideração os trabalhos ocasionais				Art. 15º	
3	Teve em consideração os vários trabalhadores que possam estar implicados nos mesmos trabalhos				Art. 15º	
4	Teve em consideração os trabalhadores temporários				Art. 15º	
5	Tem capacidade para prestar aconselhamento em matéria de métodos de trabalho e equipamentos necessários				Art. 15º	
6	Garantiu formação e tem um controlo adequado dos trabalhadores em matéria de segurança, na montagem, manutenção e utilização dos equipamentos				Art. 15º	
7	Eliminou os trabalhos em altura, sempre que possível				Art. 15º	
8	Escolheu os equipamentos corretos				Art. 15º	

Lista de verificação 14- Quedas em altura(cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Utilização de equipamentos de trabalho destinados a trabalhos em altura				DL50/2005 de 25 de fev.	
1	Todas as aberturas estão devidamente protegidas e dispõem de meios de acesso seguros, incluindo as áreas a que é necessário aceder para proceder a trabalhos de manutenção					
2	Na utilização de equipamento destinado a trabalhos temporários em altura, foi atribuída prioridade a medidas de proteção coletiva em relação as medidas de proteção individual				Ponto 2 do art. 36º	
3	Os equipamentos de trabalho destinados a trabalhos em altura são regularmente examinados e sujeitos a manutenção				Art. 36º ao 42º	
	Quedas em altura - Vias de passagem e saídas, vias normais e de emergência. Aberturas nos pavimentos e paredes. Comunicações verticais. Construção e conservação. Cintos de segurança				Portaria nº702/80 de 22 de set. Portaria nº 987/93 de 6 de out.	
1	As plataformas de elevadores, os corredores, rampas, escadas e outros meios de acesso fixos possuem boa iluminação e ventilação, proporcionam boa utilização e têm piso não escorregadio ou antiderrapante.				Artigo 10º -5-Portaria nº702/80 de 22 de set.	

Lista de verificação 14- Quedas em altura(cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
2	Os locais elevados, que apresentem riscos de queda em altura, e onde há circulação de pessoas são protegidos por guarda – corpo e rodapé (no mínimo 0,9m e 0,14 m respetivamente)				Portaria nº 987/93 de 6 de out. Artigo 13º - 6	
3	Nas vias normais ou de emergência em que exista o risco de queda em altura, existem resguardos laterais com a altura mínima de 0,9 m, se necessário, rodapés com a altura mínima de 0,14m				Portaria nº 987/93 Artigo 4º - 2	
4	As aberturas nos pavimentos ou passagens estão dotados de coberturas resistentes ou guarda corpos e rodapés? (no mínimo 0,9m e 0,14 m respetivamente)				Portaria nº 702/80 Artigo 12º -1	
5	Quando os resguardos não são aplicáveis, estão devidamente sinalizadas				Portaria nº 702/80 Artigo 12º -1	
6	Efetua uma avaliação dos materiais frágeis, tais como elementos de coberturas				Portaria nº 987/93 Artigo 10º - 5	
7	Todos os sinais de aviso e/ou proibição estão colocados nos pontos de acesso aos materiais frágeis				Portaria nº 987/93 Artigo 10º - 5	
8	Escolheu os equipamentos corretos				Portaria nº 987/93 Artigo 10º - 5	
9	Instalou plataformas de acesso e de trabalho fixas, por exemplo, pórticos e escadas fixas				Portaria nº 987/93 Artigo 10º - 5	
10	Os cais e as rampas são adequados à dimensão das cargas neles movimentadas e permitem a circulação fácil e segura das pessoas				Portaria nº 987/93 Artigo 15º -1	

Lista de verificação 14- Quedas em altura(cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
11	A largura das escadas é proporcional ao nº de utilizadores com um mínimo de 0,9m				RSCIE	
12	Os lanços e patins das escadas têm resguardos c/ altura mínima de 0,9m				Portaria nº 702/80 Artigo 13º -2	
13	As escadas, quando limitadas por duas paredes têm, pelo menos, um corrimão				Portaria nº 702/80 Artigo 13º -2	
14	As rampas e as escadas fixas são construídas de acordo com as normas técnicas e são providas de guarda- corpo e/ou corrimão				Portaria nº 702/80 Artigo 13º-A e 13º-B	
15	Utiliza corretamente as plataformas elevatórias				Portaria nº 702/80 Artigo 13º-C	
16	Os aparelhos de elevação, são formados por materiais apropriados e resistentes				Portaria nº 702/80 Artigo 62º	
17	Estes são mantidos em bom estado de conservação e funcionamento				Portaria nº 702/80 Artigo 62º	
18	Os trabalhadores que executam tarefas em locais com risco de queda em altura, estão equipados com cintos de segurança ou outro dispositivo de proteção equivalente ligado ao exterior por um cabo de amarração				Portaria nº 702/80 Artigo 151º - 3	
19	Os cabos de amarração e respetivos elementos de fixação são suficientemente resistentes				Portaria nº 702/80 Artigo 151º - 1	
20	Na execução de tarefas em locais com risco de queda em altura, os trabalhadores são vigiados durante a execução do trabalho				Portaria nº 702/80 Artigo 151º - 4	

Lista de verificação 15- Quedas ao mesmo nível

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Quedas ao mesmo nível – Qualidade dos pavimentos					
1	As vias normais e de emergência estão permanentemente desobstruídas e em condições de utilização				Portaria nº 987/93 Artigo 4º - 1	
2	As zonas de passagem de veículos e pessoas estão isentas de cavidades e saliências e, livres de obstáculos				Portaria nº 702/80 Artigo 14º - 1	
3	Os pavimentos dos locais de trabalho são fixos, estáveis, antiderrapantes sem inclinações perigosas saliências e cavidades				Portaria nº 987/93 Artigo 10º - 1	
4	Os pavimentos, passagens, degraus e patins de escadas de chapa de aço são do tipo estriado e fixo				Portaria nº 702/80 Artigo 14º - 2	
5	As vias de circulação destinadas a pessoas têm iluminação adequada				Portaria nº 702/80 Artigo 13º - 5	
6	A largura mínima das vias de circulação é de 1,20m				Portaria nº 987/93 Artigo 13º - 2	

Lista de verificação 16- Movimentação Manual de Cargas

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Movimentação Manual de Cargas				Dec-Lei.º 330/93, de 25 de Set.	
	Caraterísticas da carga				Ponto 1 do art. 5º	
1	A carga é demasiado pesada (superior a 30 Kg em operações ocasionais)					
2	A carga é demasiado pesada (superior a 20 Kg em operações frequentes)					
3	A carga é muito volumosa ou difícil de agarrar					
4	A carga tem equilíbrio instável					
5	O conteúdo da carga está sujeito a deslocações (pode mudar de posição)					
6	A carga é posicionada de maneira que requeira ser segurada ou manipulada à distância do tronco					
7	A carga é manipulada de maneira que requeira curvatura ou torção do tronco					
8	Devido aos seus contornos e/ou consistência, a carga pode causar ferimentos nos trabalhadores, principalmente em caso de colisão.					
	Esforço Físico exigido				Ponto 1 do art. 5º	
1	O esforço exigido é excessivo para o trabalhador					
2	O esforço físico exigido apenas pode ser realizado mediante um movimento de torção do tronco					
3	O esforço físico exigido implica um movimento brusco da carga					
4	O esforço físico exigido é efetuado com o corpo instável.					

Lista de verificação 16- Movimentação Manual de Cargas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Características do Ambiente de trabalho				Ponto 2 do art. 5º	
1	Existe espaço livre, em particular na vertical, para executar a atividade					
2	O pavimento é irregular e escorregadio apresentando risco de queda e requerendo calçado adequado.					
3	O pavimento ou o local de trabalho apresenta desníveis que implicam movimentação manual de cargas em diversos níveis.					
4	O local ou condições de trabalho impede a movimentação de cargas a uma altura segura ou com uma postura de trabalho correta.					
5	O pavimento ou o ponto de apoio dos pés é instável					
6	A temperatura, humidade ou circulação de ar são inadequadas					
	Requisitos da atividade – Foram tomadas as medidas apropriadas quando:				Ponto 3 do art. 5º	
1	A atividade implique esforços físicos demasiado frequentes ou prolongados envolvendo, em particular a coluna					
2	A atividade implique períodos de descanso fisiológico ou recuperação do corpo insuficientes					
3	A atividade implique distâncias de elevação, abaixamento ou transporte excessivas					
4	A atividade implique ritmos de trabalho (cadência) impostos por um processo que não pode ser alterado pelo trabalhador					

Lista de verificação 16- Movimentação Manual de Cargas (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Quando as avaliações dos elementos de referência previstas nos números anteriores, revelarem risco para a segurança e saúde dos trabalhadores, são adotados os seguintes procedimentos:				Reavaliação dos elementos de risco art.º 6	
1	São identificadas as causas de risco e os fatores individuais de risco, nomeadamente a inadaptidão física e são tomadas as medidas corretivas apropriadas.				art.º 6	
2	É feita uma nova avaliação a fim de verificar a eficácia das medidas adotadas.				art.º 6	
3	Os trabalhadores, assim como os seus representantes, são consultados sobre a aplicação das medidas previstas anteriormente.				art.º 7º	
	Informação aos trabalhadores				art.º 8º - 1	
1	Os riscos potenciais para a saúde derivados da incorreta movimentação manual de cargas				art.º 8º - 1	
2	O peso máximo e outras características da carga				art.º 8º - 1	
3	O centro de gravidade da carga e o lado mais pesado da mesma, quando o conteúdo da embalagem não tem uma distribuição uniforme				art.º 8º - 1	
4	É facultada formação adequada sobre a movimentação correta da carga, aos trabalhadores expostos				art.º 8º - 2	

Lista de verificação 17- Riscos Psicossociais

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
	Responsabilidade Social Empresarial na Gestão de Riscos Psicossociais - Integração aos sistemas e estruturas das operações empresariais				Lei 7/2009 de 12/02, artigos 23º, 24º, 25º, 29º, 30º, 31º, 127º, nº1 al. a) a g), nº2 e nº3, 197º a 247º. Lei 102/2009 de 10/09, artigos 5º e 15º. CRP artigos 59º, 64º nº2 b) e art.66º.	
1	Existem informações emitidas pela gerência sobre gestão de riscos psicossociais (como parte do controle normal da empresa ou de sistema de gestão existente).					
2	A empresa possui uma política para abordar (prevenir, reduzir, controlar) os riscos psicossociais (e cumprir as obrigações legais).					
3	O sistema de gestão de riscos psicossociais é utilizado em casos de reorganização e reestruturação.					
4	A empresa assegurou que a exposição aos fatores de risco psicossociais não constituem risco para a segurança e saúde do trabalhador.				Artº15, nº2, da Lei 102/2009 de 10/09.	

Lista de verificação 17- Riscos Psicossociais (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
5	A empresa assegurou a adaptação do trabalho ao homem, no que se refere à conceção dos postos de trabalho, à escolha de equipamentos de trabalho e aos métodos de trabalho e produção, com vista a, atenuar o trabalho monótono e o trabalho repetitivo e reduzir os riscos psicossociais.				Artº15, nº2, da Lei 102/2009 de 10/09.	
6	Existem riscos de violência originados na área de atendimento ao público, dirigidos aos trabalhadores (abuso verbal, ameaças ou ataques físicos).					
7	A empresa possui um código de conduta para a violência, assédio e bullying					
8	A empresa possui sistemas para investigar o assédio, bullying ou outras questões psicossociais de maneira confidencial.					
9	A empresa dispõe de sistemas que abordam as questões da diversidade e de equilíbrio entre a vida profissional e vida privada.					

Lista de verificação 17- Riscos Psicossociais (cont.)

	Item em análise	Apreciação			Requisito legal	Comentários
		S	N	N/A		
10	Existem orientações sobre prevenção dos riscos psicossociais e promoção da saúde mental para disponibilizar aos trabalhadores.					
	Responsabilidade Social Empresarial na Gestão de Riscos Psicossociais - Integração à cultura da empresa				Lei 7/2009 de 12/02, artigos 23º, 24º, 25º, 29º, 30º, 31º, 127º, nº1 al. a) a g), nº2 e nº3, 197º a 247º. Lei 102/2009 de 10/09, artigos 5º e 15º. CRP artigos 59º, 64º nº2 b) e art.66º.	
1	Os gestores são formados e capacitados para priorizar as questões psicossociais e enfrentá-las abertamente, como medida preventiva.					
2	A formação sobre riscos psicossociais é facultada a todos os trabalhadores, como medida preventiva.					
3	Os representantes dos trabalhadores estão ativamente envolvidos nos esforços de prevenção de riscos psicossociais.					
4	É incentivada a notificação de incidentes (por exemplo, a violência e o assédio).					
5	É incentivada a discussão aberta sobre as questões psicossociais com atenção especial às questões de diversidade e equilíbrio entre a vida profissional e familiar.					
6	Os trabalhadores estão alertados para lidar com situações inesperadas de stress ou de violência.					
7	Existe uma comunicação ativa e aberta, interna e externa sobre os problemas psicossociais e ações preventivas (transparência)					

Anexo 3

Matriz de riscos profissionais

Matriz de gestão do risco profissional

GESTÃO DO RISCO PROFISSIONAL							
AVALIAÇÃO DO RISCO PROFISSIONAL							
ANÁLISE DO RISCO PROFISSIONAL							
	Identificação do Fator de Risco Profissional	Identificação dos trabalhadores expostos	Estimativa do risco profissional			Valoração do risco profissional	Controlo do risco profissional
			Probabilidade de ocorrência (P)		Gravidade do dano na saúde (G)		
POSTO DE TRABALHO:							
Atividade de trabalho:							
N.º de trabalhadores:							

Anexo 4

Relatório de Avaliação de riscos profissionais

Relatório de avaliação de riscos profissionais (Sumário executivo)

A. Introdução

1. Identificação da empresa e sua localização;
2. Responsável(eis) pelas áreas da segurança e saúde do trabalho;
3. Descrição breve da atividade industrial;
4. Referência ao sistema de gestão de segurança do trabalho, se aplicável.

B. Metodologia de avaliação de riscos profissionais

1. Listagem das tarefas, atividades, operações e definição dos locais e postos de trabalho;
2. Previsão do n.º de trabalhadores expostos;
3. Identificação dos potenciais perigos ou fatores de risco profissional;
4. Estimativa do risco profissional (incluir a descrição da metodologia);
5. Valoração do risco profissional (incluir a descrição da metodologia);
6. Indicação das medidas e meios de prevenção de riscos profissionais e de proteção dos trabalhadores, adotadas a nível do projeto bem como as previstas adotar aquando da instalação, exploração e desativação, se aplicável.

C. Legislação/normatização aplicável

Nota: O relatório de avaliação de riscos profissionais deve ser elaborado por profissionais dos dois domínios (da segurança e da saúde do trabalho) e aprovado pelo Gestor de Topo da empresa/estabelecimento. Este relatório deve ser dado a conhecer ao representante dos trabalhadores para a segurança e saúde do trabalho.

Anexo 5

Mapas auxiliares para elementos instrutórios

Mapa 1 – Identificação do n.º de trabalhadores, por área e por sexo

		Homens	Mulheres	Turno ⁴
N.º trabalhadores	Área fabril			
	Área comercial			
	Área laboratorial			
	Área administrativa			

Mapa 2 – Identificação de máquinas e equipamentos

Quantidade*	Designação*	Marca	Modelo/ n.º série	Declaração CE conformidade (português)		Manual instruções (português)		Aposição marcação CE	
				S	N	S	N	S	N
...									

*Campos de preenchimento obrigatório

⁴ Caso existam turnos, deverá ser indicado a hora de início e de fim e ser acrescentadas tantas colunas quantos os turnos existentes

Anexo 6

Documento de suporte à descrição do Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho

A. Enquadramento político-organizacional

- Indicação da Política de Saúde e Segurança do Trabalho da empresa
- Descrição sumária do processo de envolvimento dos trabalhadores e da gestão de topo na Política de Saúde e Segurança do Trabalho

B. Descrição da organização e funcionamento dos serviços de Segurança do Trabalho

B.1 Descrição da modalidade adotada

Caso a modalidade adotada seja um serviço externo, deverá ser indicado, nomeadamente:

- Nome da entidade prestadora do serviço externo de segurança do trabalho
- NIPC
- N.º de autorização
- Tempo mensal de afetação do(s) técnico(s) da empresas prestadora do serviço

Caso a modalidade adotada seja o serviço interno, deverá ser indicado, nomeadamente :

- Responsável pelo serviço: nome, n.º certificado aptidão profissional (CAP) ou n.º título profissional (TP)
- Quadro técnico: nomes, n.ºs CAP/TP
- Equipamentos de medição no âmbito da avaliação de riscos (ex. sonómetro, luxímetro): designação, marca, modelo, n.º série
- Recurso a atividades ou serviços subcontratados

Caso a modalidade seja serviço comum, deverá ser indicado nomeadamente, :

- Entidades subscritoras do acordo
- Responsável pelo serviço: nome, n.º certificado aptidão profissional (CAP) ou n.º título profissional (TP)
- Quadro técnico: nomes, n.ºs CAP/TP
- Equipamentos de medição no âmbito da avaliação de riscos (ex. sonómetro, luxímetro): designação, marca, modelo, n.º série
- Recurso a atividades ou serviços subcontratados

Caso a modalidade seja empregador/trabalhador designado⁵, deverá ser indicado:

- Nome do empregador ou do trabalhador designado para o exercício das atividades de segurança do trabalho
- N.º autorização
- Recurso a atividades ou serviços subcontratados

B.2. Descrição da estrutura interna que assegure as atividades de primeiros socorros, combate a incêndios e evacuação das instalações: medidas a adotar em caso de intervenção, identificação dos trabalhadores responsáveis pela aplicação das medidas, identificação das entidades externas competentes para intervenção (bombeiros, emergência médica, proteção civil, ...)

⁵ Esta modalidade apenas é permitida para empresas com um n.º de trabalhadores inferior a 10 e que não exerça atividades de risco elevado (art.º 79.º, Lei 102/2009)

C. Descrição da organização e funcionamento dos serviços de Saúde do Trabalho:

Modalidade de organização no domínio da Saúde do Trabalho

- Modalidade de organização adotada
- Local onde as atividades de saúde do trabalho são prestadas aos trabalhadores da empresa (ex. nas próprias instalações da empresa, nas instalações da empresa prestadora de serviço externo, na unidade móvel da empresa prestadora de serviço externo)

Caso a modalidade adotada seja o serviço interno ou comum, deverá ser indicado:

- Objetivos estabelecidos para o Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho
- Médico do trabalho responsável pelo Serviço da empresa: nome e número da cédula profissional
- Médico(s) do trabalho, n.º de cédula profissional e respetivo tempo mensal de afetação à empresa
- Enfermeiro(s) do trabalho, n.º de cédula profissional e respetivo tempo mensal de afetação à empresa
- Protocolos estabelecidos (ex. análises clínicas, imagiologia, entre outros)
- Entidades subscritoras do acordo (somente aplicável para o serviço comum)

Caso a modalidade adotada seja um serviço externo, deverá ser indicado:

- Entidade prestadora do serviço externo de saúde do trabalho: Nome, NIPC e N.º de autorização concedido pela Direção-Geral da Saúde
- Médico do trabalho responsável pela empresa: nome e número da cédula profissional
- Médico(s) do trabalho, n.º de cédula profissional e respetivo tempo mensal de afetação à empresa
- Enfermeiro(s) do trabalho, n.º de cédula profissional e respetivo tempo mensal de afetação à empresa

Caso a modalidade seja o Serviço Nacional de Saúde, deverá ser indicado:

- Denominação da(s) Instituição do Serviço Nacional de Saúde que presta(m) as atividades de cuidados primários de saúde ocupacional
- Médico(s) responsável(eis) pelos cuidados primários de saúde: nome e número da cédula profissional

D. Atividades de Segurança e Saúde do Trabalho

- Identificação das principais atividades de segurança e saúde do trabalho estabelecidas no Programa de Ação de Saúde e Segurança do Trabalho da empresa, designadamente em três principais vertentes:
- Gestão do risco profissional
- Vigilância da saúde dos trabalhadores
- Promoção da saúde dos trabalhadores
- Identificação dos procedimentos e instruções instituídas na empresa com relevância para a segurança e saúde do trabalho
- Avaliação do Programa de Ação de Saúde e Segurança do Trabalho e principais medidas adotadas (se já tiver sido implementado no passado)

Nota: No Documento em apreço devem estar identificados os seus autores e (quando aplicável) os colaboradores. Este deve ser datado e aprovado por Gestor de Topo da empresa e pelo representante dos trabalhadores para a segurança e saúde do trabalho.

Anexo 8

Legislação

1 - Trabalho

DIPLOMA	RESUMO
Decreto do Governo n.º 1/85, de 16/01	Convenção n.º 155 da OIT relativa à segurança e saúde dos trabalhadores e ambiente de trabalho
Lei n.º 113/99, de 03/08	Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de atividades ou a determinados riscos profissionais
Lei n.º 114/99, de 03/08	Desenvolve e caracteriza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação de regimes especiais dos contratos de trabalho e contratos equiparados
Lei n.º 118/99, de 11/08	Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação dos diplomas reguladores do regime geral dos contratos de trabalho
Lei n.º 7/2009, de 12/02	Revisão ao Código do Trabalho (Revoga a Lei n.º 99/2003, de 27/08 e Lei n.º 35/2004, 29/07 e é alterado por Lei n.º 105/2009, de 14/09, Declaração de Retificação n.º 21/2009, de 18/03, Lei n.º 23/2012 de 25/07 e Lei n.º 47/2012 de 29/08)

2 - Organização dos serviços de segurança e saúde do trabalho e certificação profissional de técnicos de SHT

DIPLOMA	RESUMO
Portaria n.º 1179/95, de 26/09	Aprovou o modelo de notificação da modalidade adotada pelo empregador para a organização do serviço de segurança e de saúde no trabalho
Portaria n.º 53/96, de 20/02	Altera a Portaria n.º 1179/95, de 26/09 (aprova o modelo de notificação da modalidade adotada pelo empregador para a organização do serviço de segurança e de saúde no trabalho)
Portaria n.º 299/2007, de 16/03	Aprova o novo modelo de ficha de aptidão, a preencher pelo médico do trabalho face aos resultados dos exames de admissão, periódicos e ocasionais, efetuados aos trabalhadores
Lei n.º 102/2009 de 10/09	Regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho
Portaria n.º 55/2010, de 21/01	Regula o conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a atividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador, ao serviço com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral. (Relatório Único)
Portaria n.º 255/2010 de 05/05	Aprova e publica em anexo o modelo do requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho, bem como os termos em que o requerimento deve ser instruído
Portaria n.º 275/2010 de 19/05	Fixa os valores das taxas devidas pelos serviços prestados pelos organismos, no âmbito dos ministérios responsáveis pelas áreas laboral e da saúde, competentes para a promoção da segurança e saúde no trabalho
Lei n.º 42/2012, de 28/08	Aprova o regime de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho (Revoga o n.º 3 do art.º 100º da Lei n.º 102/2009, de 10/09)

3 - Locais de trabalho

DIPLOMA	RESUMO
Portaria n.º 53/71 de 03/02	Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais
Portaria n.º 702/80 de 22/09	Altera a Portaria n.º 702/80 de 22 de setembro, que aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais
Dec-Lei n.º 347/93 de 01/10	Transpõe a Diretiva n.º 89/654/CEE, do Conselho, de 30.10, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho
Portaria n.º 987/93 de 06/10	Estabelece a regulamentação das prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho

4 - Acidentes de Trabalho e Doenças profissionais

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 2/82, de 05/01	Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais
Dec-Lei n.º 362/93, de 15/10	Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais
Portaria n.º 137/94, de 08/03	Aprova o modelo de participação de acidentes de trabalho e o mapa de encerramento de processo de acidente de trabalho
Decreto-Regulamentar n.º 76/2007 de 17/07	Altera o Decreto Regulamentar nº 6/2001, de 05/05, que aprova a lista das doenças profissionais e o respetivo índice codificado, e republica-o

4 - Acidentes de Trabalho e Doenças profissionais (cont.)

DIPLOMA	RESUMO
Decreto-Regulamentar n.º 6/2001 de 05/05	Aprova a lista de doenças profissionais e o respetivo índice codificado
Lei n.º 98/2009, de 04/09	Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro

5 - Máquinas e Equipamentos de trabalho

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 286/91 de 09/08	Estabelece normas para a construção, verificação e funcionamento dos aparelhos de elevação e movimentação. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 84/528/CEE, de 17 de Setembro de 1984
Dec-Lei n.º 214/95 de 18/08	Estabelece as condições de utilização e de comercialização de máquinas usadas, com vista a eliminar os riscos para a saúde e segurança das pessoas, quando utilizadas de acordo com os fins a que se destinam
Dec-Lei n.º 295/98 de 22/09	Estabelece os princípios gerais de segurança relativos aos ascensores e respetivos componentes, transpondo para o direito interno a Diretiva n.º 95/16/CE (EUR-Lex), de 29 de Junho
Portaria n.º 172/2000 de 23/03	Definição de máquinas usadas que pela sua complexidade e características, revistam especial perigosidade

5 - Máquinas e Equipamentos de trabalho(cont.)

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 320/2002 – 28/12	Estabelece o regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às atividades de manutenção e de inspeção
Dec-Lei n.º 50/2005 de 25/02	Relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho
Dec-Lei n.º 103/2008 de 24/06	Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado e a entrada em serviço das máquinas, bem como a colocação no mercado das quase -máquinas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio
Dec-Lei n.º 176/2008 de 26/08	Procede à primeira alteração ao Dec-Lei n.º 295/98, de 22 de Setembro, que estabelece os princípios gerais de segurança relativos aos ascensores e respetivos componentes e que transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativa às máquinas, que altera a Diretiva n.º 95/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos ascensores

6 - Equipamentos de proteção individual

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 128/93, de 22/04	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva do Conselho n.º 89/686/CEE, de 21 de Dezembro, relativa aos equipamentos de proteção individual (alterado por Dec-Lei n.º 139/95, de 14/06 e Dec-Lei n.º 374/98, de 24/11)
Dec-Lei n.º 348/93 de 01/10	Transpõe a Diretiva 89/656/CEE relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual
Portaria n.º 988/93 de 06/10	Faz a descrição técnica do EPI e das atividades e sectores de atividade para os quais aquele pode ser necessário. Previsto no art.º 7º do DL 348/93
Despacho n.º 13495/2005 de 20/06	Lista de normas harmonizadas no âmbito de aplicação da Diretiva 89/686/CEE, relativa a EPI

7 - Equipamentos dotados de visor

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 349/93 de 01/10	Relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde com equipamentos dotados de visor
Portaria n.º 989/93 de 06/10	Orienta atuações na conceção ou adaptação dos locais de trabalho com equipamentos dotados de visor

8 - Sinalização de segurança

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 141/95 de 14/06	Transpõe a Diretiva n.º 92/58/CEE, prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho
Portaria n.º 1456-A/95 de 11/12	Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho

9 - Movimentação manual de cargas

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 330/93 de 25/09	Relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas. Transpõe para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 90/269/CEE, do Conselho, de 29.05
Lei n.º 113/99 de 03/08	Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de atividades ou a determinados riscos profissionais

10 - Agentes Físicos - Ruído

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 182/2006 de 06/09	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído

11 - Agentes Físicos - Vibrações

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 46/2006 de 24/02	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa às prescrições mínimas de proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devido a vibrações

12 - Agentes Físicos – Radiações não ionizantes

DIPLOMA	RESUMO
Lei n.º 25/2010 de 30/08	Estabelece as prescrições mínimas para proteção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações óticas de fontes artificiais, transpondo a Diretiva n.º 2006/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril
Declaração de Retificação n.º 33/2010 de 27/10	Retifica a Lei n.º 25/2010, de 30 de Agosto

13 - Agentes Físicos – Radiações ionizantes

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 222/2008 de 17/11	Transpõe, parcialmente, para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio, que fixa as normas de segurança de base relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes

Dec-Lei n.º 165/2002 de 17/07	Estabelece os princípios gerais de protecção bem como as competências e atribuições dos organismos e serviços intervenientes na área da protecção contra radiações ionizantes, resultantes das aplicações pacíficas da energia nuclear, e transpõe as correspondentes disposições da Directiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio, que fixa as normas de base de segurança relativas à protecção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes
--------------------------------------	---

14 - Agentes Químicos e Cancerígenos

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 479/85 de 13/11	Fixa as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efetivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos
Decreto n.º 57/98, de 2/12	Ratifica a Convenção n.º 162 da OIT, sobre segurança na utilização de amianto
Decreto n.º 61/98 de 18/12	Ratifica a Convenção n.º 139 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a prevenção e o controlo dos riscos profissionais causados por substâncias e agentes cancerígenos
Dec-Lei n.º 301/2000 de 18/11	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 90/394/CEE, do Conselho, de 28 de Junho, alterada pelas Directivas n.os 97/42/CE, do Conselho, de 27 de Junho, e 1999/38/CE, do Conselho, de 29 de Abril, relativa à protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho

14 - Agentes Químicos e cancerígenos (cont.)

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 266/2007 de 24/06	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Março, que altera a Diretiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de Setembro, relativa à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho
Dec-Lei n.º 305/2007 de 24/08	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/15/CE da Comissão, de 7 de Fevereiro, que estabelece uma segunda lista de valores limite de exposição profissional (indicativos) a agentes químicos para execução da Diretiva n.º 98/24/CE do Conselho, de 7 de Abril, e altera o anexo do Dec-Lei n.º 290/2001, de 16 de Novembro.
Dec-Lei n.º 24/2012 de 6/02	Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe para a ordem interna a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009.

15 – Substâncias e Misturas Perigosas

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 47/90, de 09/02	Limita o uso e comercialização de diversas substâncias e preparações perigosas (alterado pelo DL n.º 446/99, de 03/11)
Dec-Lei n.º 54/93, de 26/02	Estabelece Limitações relativamente ao uso e comercialização de substâncias perigosas(alterado pelo DL n.º 256/2000, de 17/10 e pelo DL n.º 208/2003 de 15/09)
Dec-Lei n.º 82/2003, de 23/04	Aprova o Regulamento para a Classificação, Embalagem, Rotulagem e Fichas de Dados de Segurança de Preparações Perigosas

15 – Substâncias e Misturas Perigosas (cont.)

DIPLOMA	RESUMO
Regulamento CRE - Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas – Regulamento CE n.º 1272/2008	Harmoniza a anterior legislação da UE com o GHS (Sistema Mundial Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos), um sistema das Nações Unidas destinado a identificar produtos químicos perigosos e a informar os utilizadores sobre os perigos inerentes. O GHS foi adotado por muitos países em todo o mundo e serve agora também de base à regulamentação internacional e nacional em matéria de transporte de mercadorias perigosas

16 - Atmosferas Explosivas

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 112/96 de 05 de agosto	Estabelece as regras de segurança e de saúde relativas aos aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo para o direito interno a Diretiva n.º 94/9/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Março
Portaria n.º 341/97 de 21 de maio	Estabelece regras relativas à segurança e saúde dos aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas
Dec-Lei n.º. 236/2003 de 30/09	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 1999/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas

17 - Agentes biológicos

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 84/97 de 16/04	Estabelece prescrições mínimas de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos durante o trabalho. Classifica os agentes biológicos conforme o seu nível de risco infeccioso. Define as obrigações da entidade empregadora na prevenção dos riscos de doença causadas pelos agentes biológicos mencionados e prevê as contra-ordenações para o incumprimento de tais obrigações
Portaria n.º 405/98 de 11/07	Aprova, publicando em anexo, a classificação dos agentes biológicos reconhecidamente infecciosos para ser humano, visando a proteção dos trabalhadores a eles expostos
Portaria n.º 1036/98 de 15/12	Altera a lista dos agentes biológicos classificados para efeitos da prevenção de riscos profissionais, aprovada pela Portaria 405/98, de 11 de Julho

18 – Segurança contra Incêndios

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 220/2008 de 12/11	Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, abreviadamente designado por SCIE
Portaria n.º 1532/2008 de 29/12	Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE)

19 - Instalações elétricas

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 226/2005 de 28/12	Estabelece os procedimentos de aprovação das regras técnicas das instalações elétricas de baixa tensão
Portaria n.º 949-A/2006 de 29/12	Aprova as Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão.

20 – Outros diplomas relevantes

DIPLOMA	RESUMO
Dec-Lei n.º 163/2006 de 08/08	Define as condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais.
Dec-Lei n.º 118/2013 de 20/08	Estabelece o sistema de certificação energética dos edifícios, transpondo para o direito interno a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio.
Portaria n.º 353-A/2013 de 04/12	Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.
Dec-Lei n.º 169/2012 de 01/08	Aprova o Sistema da Indústria Responsável.
Portaria n.º 302/2013 de 16/10	Identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios que devem acompanhar os procedimentos de autorização prévia, de comunicação prévia com prazo e de mera comunicação prévia, respeitantes à instalação, exploração e alteração de estabelecimentos industriais previstos no SIR.